



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ORIENTADORA: PATRÍCIA CRISTINA PINHEIRO DE ALMEIDA

ARTE E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL: A
EXPERIÊNCIA DA OFICINA DE CONTOS E HISTÓRIAS NO CAPS AD III
CANDANGO

ANA LUÍZA RIBEIRO CÂMARA

BRASÍLIA – DF
JANEIRO/2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Ana Luíza Ribeiro Câmara

**ARTE E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DA
OFICINA DE CONTOS E HISTÓRIAS NO CAPS AD III CANDANGO**

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social na Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Patrícia Cristina Pinheiro de Almeida

BRASÍLIA – DF
JANEIRO/2017

Estudante: Ana Luíza Ribeiro Câmara

Cumprimentos, a banca:

Orientadora

Prof^a M^a. Patrícia Cristina Pinheiro de Almeida

Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília

Examinador interno

Prof. Dr. Cristiano Guedes

Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília

Examinadora externa

Assistente Social Carla Sene de Freitas

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES - DF

Às mulheres e aos homens que cruzaram meu caminho no CAPS AD III Candango,
Pelos aprendizados pessoais e profissionais,
Vocês formaram uma assistente social...

AGRADECIMENTOS

Ao Deus da minha fé que me sustenta e mantém de pé.

À minha mãe, Cleide, e ao meu pai, Rinaldo, por me darem acesso às mais diversas formas de conhecimento e pelo apoio oferecido durante toda a minha jornada acadêmica.

Às minhas irmãs, Thaysa, por sempre garantir boas risadas que esvaziavam minhas preocupações com esse trabalho; e Ana Paula, por me auxiliar durante a pesquisa e pelas indicações de bibliografia, você sempre será minha maior mestra.

À profª Mª Patrícia Pinheiro, pelas orientações cuidadosas e pelo apoio que me deu, fazendo com esse trabalho fluísse da melhor forma possível, respeitando meus limites e minha saúde mental.

À assistente social Carla Sene de Freitas, por tanto me ensinar durante o processo de estágio e por me permitir tocar o Projeto de Intervenção que é objeto de reflexão nesse trabalho.

Aos usuários e profissionais do CAPS AD III Candango, pela convivência e aprendizado que resultaram nesse trabalho.

À minha amiga e colega de estágio, Daniele Ligabue, pela companhia e enorme colaboração na execução da Oficina de Contos e Histórias e nesse trabalho.

Ao Gabriel dos Santos, pela presente amizade e por acompanhar cada etapa na elaboração dessa pesquisa.

À Bruna Marques, por comemorar comigo cada passo dado nessa pesquisa e por me apoiar quando eu não conseguia dar nenhum.

À Tuane Janine, por me apoiar na investigação desse tema e por me proporcionar momentos de lazer mais do que necessários.

À Isla Sayara e Thaiane Abel, por me ouvirem falar nesse trabalho incansavelmente e por me proporcionarem momentos de felicidade plena.

À Danielly Santos, por me acompanhar e apoiar em todos os momentos da minha trajetória acadêmica.

Às amigas que ganhei na minha caminhada na Universidade de Brasília, Jéssica de Oliveira, Virgínia Lopes, Mariana Porto, Amanda Borges e Paulina Ribeiro, por todos os conhecimentos que construímos juntas e pelas inúmeras risadas.

Às amigas que sofreram com minha ausência e acompanharam esse processo: Anne Caroline, Amanda Rodrigues, Érika Arruda, Beatriz Andrade e Lorrane Rodrigues.

Ao Departamento de Serviço Social, suas professoras e seus servidores, pelo apoio durante a graduação e pelos conhecimentos compartilhados.

A escrita de uma monografia é individual, mas tudo aquilo que é refletido nela é sempre coletivo. Eu não conseguiria realizar esse trabalho sem a colaboração de vocês. Amor e gratidão, sempre!

“Suponhamos que o *homem* seja *homem* e que sua relação com o mundo seja humana – então, tu só podes trocar amor por amor, confiança por confiança, etc. Se tu queres desfrutar arte, deves ser uma pessoa artisticamente cultivada; se tu queres influir os outros, deves ser uma pessoa que atue de modo estimulante e encorajador sobre outras pessoas”

(Karl Marx)

RESUMO

Este trabalho teve como objeto a arte no desenvolvimento da prática pedagógica, no Projeto de Intervenção realizado no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III Candango – CAPS AD III Candango de agosto a novembro de 2015, por ocasião da experiência de estágio curricular obrigatório. O objetivo geral se propôs a compreender a relação arte e Serviço Social, em especial, seu uso na prática pedagógica durante o Projeto de Intervenção na Oficina de Contos e Histórias. A metodologia de pesquisa envolveu uma revisão de literatura da produção marxista sobre arte e da relação Serviço Social e arte, onde a partir das funções da arte analisou-se as discussões feitas na Oficina de Contos e Histórias. Tratou-se de um estudo de caso com resultados não generalizáveis, para tanto, foi realizado uma análise documental com os dados provenientes da produção da autora sobre seu período de estágio. As principais conclusões apontam que o uso da arte enquanto mediação aliada à prática pedagógica do Serviço Social, proporcionou discussões críticas que evidenciaram aspectos sociais da saúde mental, rompendo com noções baseadas na culpa e assegurando local de fala aos sujeitos.

Palavras-chave: Arte e Serviço Social. Prática Pedagógica. Mediação.

ABSTRACT

This paper had as its object the art in the development of the pedagogical practice, in the Intervention Project carried out at Centro de Atenção Psicossocial III Candango Álcool e Drogas- CAPS AD III Candango from August to November 2015, during the Social Work obligatory internship. The general objective was to understand the relation between art and Social Work, particularly, its use in pedagogical practice during the Intervention Project developed at the Oficina de Contos e Histórias. The research methodology involved a literature review of Marxist production on art and of the relation between Social Work and art, then based on the art's functions, the discussions had at the Oficina de Contos e Histórias were analyzed. It was a case study with non-generalizable results, for which a documentary analysis was carried out with the data from the author's production about her internship period. The main conclusions point out that the use of art as a mediation with the pedagogical practice of Social Work provided critical discussions that pointed to social aspects of mental health, breaking with notions based on guilt and ensuring a place of speech to the subjects.

Keywords: Art and Social Work. Pedagogical Practice. Mediation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS AD III Candango	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III Candango
SES - DF	Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
SUS	Sistema Único de Saúde

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação entre temas propostos e vivências	59
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	17
CAPÍTULO 1- Arte: uma necessidade humana	22
1.1 Origem e funções da arte.....	23
1.2 A arte no capitalismo.....	31
Capítulo 2 – Arte e Serviço Social.....	35
2.1 Arte enquanto mediação em Serviço Social.....	36
2.2 O uso da arte na prática pedagógica do Serviço Social.....	41
CAPÍTULO 3 – A experiência da Oficina de Contos e Histórias: uma aproximação entre arte e prática pedagógica do Serviço Social	48
3.1 Aproximando-se do CAPS AD III Candango	48
3.1.2 A Oficina de Contos e Histórias.....	54
3.2. Análise de dados	56
3.2.1 Arte e Serviço Social: mediação e prática pedagógica.....	56
3.2.2 Ruptura de processos de alienação pela arte	61
3.2.3 Promoção da suspensão do cotidiano pela arte	63
3.2.4 Promoção de autoconhecimento pela arte	64
3.2.5 Promoção de processos de consciência pela arte	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72

INTRODUÇÃO

No cenário atual do capitalismo, marcado pela barbarização e mercantilização da vida, o Serviço Social encontra o desafio de ultrapassar o campo das demandas institucionais e desvelar a realidade social juntamente com o público usuário. Aqui está a função pedagógica da profissão, presente desde sua gênese; porém, agora voltada para debates críticos e questionamentos, e, não só para naturalização da ordem do capital ou adaptação da classe trabalhadora a tal ordem. Dessa forma, a prática pedagógica do Serviço Social está presente em todos os campos de atuação, sendo uma forma de construir conhecimentos sobre as demandas dos usuários, mas também para além delas.

A prática pedagógica exige a tomada de decisão entre interesses antagônicos. Para trabalhar nesse sentido, a assistente social¹ tem como uma alternativa a arte (Conceição, 2010). Posto que a arte é uma atividade ontológica, humanizadora e emancipatória que proporciona aos sujeitos reflexões críticas e desperta a necessidade de agir. É nesse contexto, que apresenta a promoção de consciência, a ruptura com a alienação, o autoconhecimento e suspensão do cotidiano como funções.

Assim, o Serviço Social em sua prática pedagógica tem a possibilidade de se apropriar dessas funções. Tal processo coloca a arte como uma das mediações com as quais a profissão pode trabalhar, dessa forma, sai-se do plano imediato e alcança o mediato observando-o na sua totalidade e complexidade. A arte proporciona a ultrapassagem da vivência cotidiana singular, conectando-a com aspectos universais da legalidade social, evidenciando o campo do particular das mediações. E, considerando isso, a arte é uma das formas pelas quais o Serviço Social pode se aproximar da realidade e intervir sobre ela com base em seu projeto ético-político.

Afirma-se que a arte é uma alternativa criativa para as discussões críticas, isso porque, a arte não é neutra e permite reflexões críticas sobre a realidade (Conceição, 2010; Prates 2007). Refletindo a realização do Projeto de Intervenção de estágio curricular obrigatório, que envolvia o uso da arte pelo Serviço Social em Oficina de Contos e Histórias realizada no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III Candango – CAPS AD III Candango, propõe-se a **pergunta** dessa pesquisa: de que forma durante a execução do Projeto de

¹ Considerando que o Serviço Social é uma profissão majoritariamente feminina e tendo em vista a linguagem inclusiva, nessa pesquisa, refere-se às assistentes sociais ou às profissionais do Serviço Social sempre utilizando desinência nominal feminina.

Intervenção na Oficina de Contos e Histórias do CAPS AD III Candango, a arte contribuiu para a prática pedagógica do Serviço Social?

Então, o **objetivo geral** desse trabalho é: compreender a relação arte e Serviço Social, em especial, seu uso na prática pedagógica durante o Projeto de Intervenção na Oficina de Contos e Histórias. Tem-se ainda, os seguintes **objetivos específicos**: compreender arte e suas funções a partir de teorias marxistas; abordar os impactos do capitalismo na arte; trabalhar as relações entre arte e Serviço Social, especialmente, na prática pedagógica e na mediação; analisar a execução do projeto de intervenção a partir do referencial teórico levantado.

O uso da arte pelo Serviço Social é uma alternativa para que a profissional promova debates críticos sobre a realidade, superando o cotidiano institucional e contribuindo para a construção de uma consciência crítica junto aos usuários. Porém, ainda é pouco pesquisado, como revelou o levantamento bibliográfico sobre arte e Serviço Social. Pode-se dizer que “ a arte (...) é um campo pouco explorado na área do Serviço Social, com algumas ações pontuais (...) está mais presente no exercício de profissionais que de alguma maneira mantêm certa afinidade de ordem estética, enxergando na arte uma necessidade vital” (Costa, 2013, pp. 47-48). Dessa forma, a pesquisa justifica-se ao preencher uma lacuna, representando um momento de sistematização da prática profissional. Representa, ainda, o exercício de pensar as relações entre usuários e assistentes sociais na prática pedagógica, assim como, a tentativa de reafirmar a arte como necessidade humana e forma de resistência ao capitalismo.

A fim de abordar essas questões, primeiramente, apresenta-se o referencial teórico-metodológico utilizado nessa pesquisa. Tratou-se de um **estudo de caso** realizado por meio de **pesquisa qualitativa**. Para a coleta de dados, foi utilizada a **análise documental** com base nos registros feitos durante a experiência de estágio, foram eles: Diário de Campo, Relatórios de Estágio, Projeto de Intervenção e Avaliação do Projeto de Intervenção. A partir disso, buscou-se responder à pergunta de pesquisa com base na **revisão de literatura**.

Nesse sentido, abordou-se a arte e suas funções a partir de um referencial marxista, especialmente em Konder (2013), Frederico (2013), Fischer (1976), Heller (2000) e Marx e Engels (2010). Observou-se as relações arte e Serviço Social em Scherer (2013), Costa (2013), Santos (2004, 2010, 2015), Santos e Mendonça (2015), Conceição (2010) e Prates (2007). Considerando que se trabalhou com a arte como mediação no contexto da prática pedagógica, colocou-se as contribuições de Abreu (2011) sobre a prática pedagógica do Serviço Social e as de Pontes (2016) sobre mediação e Serviço Social.

Assim, o trabalho estrutura-se: no primeiro capítulo – Arte: uma necessidade humana – reflete-se sobre a origem ontológica da arte e suas funções, apresenta-se, também, uma breve reflexão sobre os impactos do capitalismo na arte. A partir dessas questões, busca-se refletir como o Serviço Social pode utilizar-se da arte, é o que se faz no segundo capítulo – Arte e Serviço Social. Aqui destaca-se como a arte coloca-se como mediação em Serviço Social e como pode ser utilizada no contexto da prática pedagógica. Por fim, no terceiro capítulo – A experiência da Oficina de Contos e Histórias: uma aproximação entre arte e prática pedagógica do Serviço Social – apresenta o estudo de caso. Dessa forma, contextualiza-se o leitor sobre o funcionamento do CAPS AD III Candango e organização do projeto de intervenção na Oficina de Contos e Histórias. Então, apresenta-se a análise de dados do uso da arte pelo Serviço Social e das funções da arte.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Foi realizada uma pesquisa **qualitativa**; onde se buscou “obter um panorama profundo, intenso e “holístico” do contexto em estudo” (Gray, 2012). Dentre as estratégias oferecidas por esse tipo de pesquisa, foi utilizado o **estudo de caso**, já que se analisa uma situação em particular. O que certamente impediu conclusões generalizadas, mas que esclarecem com maior profundidade situações específicas da realidade do fenômeno (Laville; Dionne, 1999).

Esse estudo de caso, volta-se para a reflexão da execução do Projeto de Intervenção de estágio, realizado na Oficina de Contos e Histórias do CAPS AD III Candango. Como parte da avaliação no estágio obrigatório em Serviço Social, foram desenvolvidas atividades que articulavam o uso da arte com a prática pedagógica. Buscava-se uma reflexão crítica sobre as vivências dos usuários, assegurando aos mesmos locais de fala e a possibilidade de pensar em construir novos projetos de vida.

Na **coleta de dados** foi utilizada a **análise documental** e a **pesquisa bibliográfica** como técnicas de pesquisa. As fontes de informação foram os resultados sistematizados da produção da autora sobre o processo de estágio e listadas abaixo:

- Diário de campo, com relatos práticos e teóricos sobre a experiência de estágio, com foco especial na Oficina de Contos e Histórias;
- Relatórios de Estágio, com reflexões sobre a dinâmica institucional do CAPS AD III Candango e o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social;
- Projeto de Intervenção de Estágio, realizado na Oficina de Contos e Histórias com base no uso da arte na prática pedagógica do Serviço Social, e;
- Avaliação do Projeto de Intervenção de Estágio, que sistematiza como ocorreu a Oficina de Contos e Histórias, apresentando seus principais resultados.

É importante elucidar que estas fontes de informação, em especial, aquelas que continham os relatos sobre a Oficina, são resultado da história de vida e das falas dos usuários. Por questões éticas, principalmente, pela necessidade da garantia de sigilo, não houve menção a qualquer informação que pudesse identificá-los. Nessa perspectiva, suas colocações utilizadas como dados, não foram reproduzidas literalmente, mas foram captadas suas ideias. Dessa forma, não há citação literal, mas o registro das ideias, feito em diário de campo na época da execução da Oficina.

O primeiro passo para responder ao problema de pesquisa e averiguar a hipótese foi a **revisão de literatura**. Através dela, levantaram-se as categorias que foram usadas para analisar os dados obtidos. Assim, houve um aprofundamento da compreensão sobre o que é arte, como ela surge, qual sua relação com a sociedade, sua função e os impactos sofridos por ela no capitalismo. Além do que apontamos em nosso referencial teórico, também foram exploradas ideias presentes em: Fischer (1976) sobre a origem da arte e suas funções; Lukács (2011) sobre a concepção marxista de arte; Bossi (2008) por explorar questões referentes à alienação e a arte; Konder (2013) por sistematizar as ideias de pensadores marxistas sobre a arte; Frederico (2013) por nos apresentar a trajetória de Lukács em uma compreensão ontológica da arte; Heller (2000) sobre a elevação do cotidiano pela arte e a compreensão de Marx e Engels (2010) sobre o que a arte, especialmente no capitalismo.

Sabendo que a arte pode promover consciência e romper com a alienação, foi importante aprofundar o entendimento sobre essas categorias. Para isso, foram revisitadas as contribuições de Marx e Engels, assim como, as contribuições da tese de Álvaro (2013). Outra categoria compreendida em Marx e Engels foi a mediação; uma vez que foi situada arte nesse campo, as contribuições de Pontes (2016) e Pontes (1996) sobre a relação entre Serviço Social e mediação foram imprescindíveis.

A fim de investigar as relações pedagógicas, foi estudada a abordagem sobre os intelectuais em Gramsci (1982); a contribuição de Abreu (2011) sobre a prática pedagógica do Serviço Social e a crítica de Iamamoto (2010) a essa contribuição. Aprofundou-se, também, a noção de pedagogia do oprimido de Freire (1987), uma vez que Abreu (2011) a coloca como uma influência na adoção de um perfil pedagógico emancipatório.

Para situar o leitor sobre o CAPS Candango, foi abordada a Reforma Psiquiátrica na lei nº10.216/2001 e na portaria nº 336 de 19 de fevereiro de 2002 que estabelece os CAPS. Coube também, abordar as contribuições de Amarante (2008; 2010) sobre o histórico da Reforma Psiquiátrica, bem como, a contribuição de Vasconcelos (2010).

Para apontar a relação entre arte e Serviço Social, especialmente nos marcos da mediação e da prática pedagógica, abordou-se as ideias de Costa (2013); Santos (2004, 2010, 2015); Santos e Mendonça (2015). Também, utilizou-se as contribuições de Conceição (2010) e Prates (2007) que colocam a arte como uma alternativa de trabalho para o Serviço Social. Por fim, fez-se uso da abordagem de Scherer (2013) sobre as contribuições do uso da arte pelo Serviço Social.

A partir do conjunto das leituras, destacou-se as funções da arte e como a mesma pode ser utilizada pelo Serviço Social no contexto da prática pedagógica e no espaço do CAPS AD III Candango. Assim, compreendeu-se as funções da arte e as possibilidades de seu uso pelo Serviço Social. Identificou-se que a arte tem as seguintes funções: ruptura de processos de alienação, suspensão do cotidiano, promoção de autoconhecimento e de processos de consciência. Elas operam conjuntamente, fazendo com que o sujeito tenha uma visão de mundo mais ampla e mostrando-o possibilidades de transformar a realidade.

Segundo Álvaro (2013), a alienação é uma forma de consciência primária, no capitalismo, ela resulta do estranhamento, um processo o homem não se realiza por meio de seu trabalho e não é capaz de se reconhecer como sujeito histórico. Fischer (1976), afirma que ao serem expostos à arte, os sujeitos não apenas observam, mas, podem romper com processos de alienação, questionando a realidade e suas representações, assim como, são capazes de promover mudanças. Reiterando essa como uma das funções da arte, Scherer (2013) afirma que “enquanto a alienação cala, a arte dá voz e cria uma consciência crítica com fim na transformação social” (Scherer, 2013, p. 78).

O cotidiano é uma esfera insuprível da sociabilidade e é nela que a alienação se propaga de forma privilegiada (Scherer, 2013; Barroco, 2010). Agnes Heller (2000) aponta que é necessário suspender o cotidiano por meio da homogeneização para que se reflita sobre ele, neste processo, é possível que o homem saia da singularidade e atinja sua determinação universal enquanto ser social determinado pelo trabalho, dentre outras formas de homogeneização, a autora destaca a arte. Ao suspender o cotidiano, os sujeitos também rompem com a alienação, evidenciando a articulação entre as funções da arte. Aqui “o sujeito tem a possibilidade de interpretar o seu meio de maneira crítica e totalizante, realizando movimentos em favor de uma transformação, de uma humanização da própria humanidade” (Scherer, 2013, p. 63).

Considera-se a arte como intrínseca ao ser social (Scherer, 2013); isso ocorre; pois, ela é uma necessidade sócio histórica despertada pelo trabalho, assim, apresenta-se como práxis. Além do aspecto cognitivo, a arte é um meio de projeção dos anseios subjetivos que transcendem a realidade imediata” (Frederico, 2013, p. 44-45). A arte representa a história da humanidade e por isso “faz com que revivamos as experiências de todas as épocas e nos reconheçamos nelas” (Konder, 2013, p. 137). Autoconhecimento é, portanto, perceber-se como ser social, como um sujeito histórico capaz de promover mudanças e questionar a realidade.

Partindo de Marx e Engels, Álvaro (2013), explicita-se que a consciência é um processo não linear, marcada por várias influências, sendo socialmente determinada. Se pela arte pode-se questionar e romper com a alienação, pode-se, também, ampliar processos de consciência. Nesse sentido, “o indivíduo ao “tomar consciência” projeta também sua reflexão sobre a sociedade, mediada pelas múltiplas relações que estabeleceu e estabelece ao longo de sua trajetória” (Álvaro, 2013, p. 55, aspas no original). Por meio da arte, pode-se tomar consciência do que acontece ao redor, explorando mais a fundo as relações sociais no capitalismo, podendo questioná-las e até mesmo propor mudanças.

Considerando as funções da arte e o que ela pode promover, observa-se que o uso da mesma é interessante para o Serviço Social, enquanto uma profissão comprometida com a superação da sociabilidade capitalista. Uma das possibilidades é trabalhar com a arte enquanto mediação em Serviço social, como apontam Prates (2007); Costa (2013) e Santos (2004, 2010, 2015). Pontes (2016) afirma que o Serviço Social é uma profissão que trabalha na e com as mediações. Para Santos e Mendonça (2015, p. 6) “a Arte como mediação no Serviço Social é maneira eficaz de apreensão da realidade, pois possibilita o indivíduo entender-se como ser um ser social capaz de transformar a sua história”. A arte expressa sua singularidade ao pertencer ao cotidiano, ao se conectar às experiências dos sujeitos, mas também, expressa universalidade ao pertencer ao campo ontológico, sendo inerente ao ser social. Portanto, a arte torna-se capaz de singularizar o universal e universalizar o particular, pode-se, então, construir uma visão mais total da realidade.

Neste contexto, a arte também pode ser utilizada dentro da prática pedagógica, assim, “a dimensão pedagógica inerente à profissão Serviço Social e o potencial humanizador da arte, quando construídos num sentido de transformação e emancipação dos usuários, podem contribuir para a informação e promoção de sujeitos mais questionadores da realidade social, críticos e coerentes” (Conceição, 2010, p. 64). Compreende-se, com base em Abreu (2011), a prática pedagógica como o acesso a informações relativas a direitos sociais e ao funcionamento do Estado, assim como, processos de reflexão crítica sobre as expressões da questão social vivenciadas pelos usuários, podendo contribuir para sua organização coletiva. Portanto, pode-se utilizar a arte não só para refletir criticamente sobre a realidade, mas também, para falar de direitos ou de sua ausência, do papel do Estado, entre outras questões.

Partindo do pressuposto de que a arte “é um reflexo *sui generis* da realidade que existe independente de nossa consciência” (Lukács, 2011, p. 246, itálicos no original), nota-se que

por ela o ser social pode expressar seus modos de vida, sua história, seus anseios. Logo, por meio da produção artística, a assistente social pode aproximar-se da realidade social local, regional e global. Pela arte, também, pode-se compreender como as expressões da questão social rebatem na vida do usuário, já que por meio dela, eles podem representar suas vivências e questioná-las. Por conseguinte, a arte também pode ser “um meio de lidar, minimizar e de até solucionar as expressões das questões opressoras, inerentes ao modo de produção capitalista” (Santos; Mendonça, 2015, p. 6).

CAPÍTULO 1- Arte: uma necessidade humana

*“A gente não quer só comida
 A gente quer comida
 Diversão e arte
 Para qualquer parte
 Diversão, balé
 Como a vida quer
 Desejo, necessidade, vontade”*
 (Arnaldo Antunes/Sérgio Brito/Marcelo Fromer)

Quando se fala em arte, muitos significados podem ser atribuídos, como por exemplo: habilidade, maneira, capacidade, dom, dentre outros (Santos, 2004). Portanto, é importante delimitar qual o sentido da arte que se propõe como uma alternativa de trabalho para o Serviço Social. Este, refere-se às diversas linguagens da arte: cinema, música, poesia, pintura, dança, teatro, entre outras. Estas devem estar articuladas com “fins na emancipação do sujeito, possibilitando que este sujeito se descubra como artista, isto é, como produtor de arte, e nesta descoberta possa compreender a realidade em que se insere” (Scherer, 2013, p. 155-156).

Neste sentido, remete-se à arte em seu sentido ontológico, como algo que acompanha o desenvolvimento histórico do ser social e desempenha diversas funções. Ainda tendo em vista demarcar o que se entende por arte, cabe diferenciá-la da cultura. Esta é mais ampla, engloba a arte, a linguagem, as tradições, os costumes sociais e políticos. Em Gramsci (2010), compreende-se a cultura não como um conjunto de conhecimentos a se depositar no sujeito, mas sim, como um processo histórico, de autoconhecimento e de tomada de decisões.

A cultura, assim como a arte, é capaz de expressar os modos de vida e a história dos sujeitos. Considerando que a sociedade dividida em classes antagônicas, pode-se dizer que “a cultura é uma dimensão essencial na conformação da sociabilidade, como campo de expressão da alienação e da rebeldia” (Iamamoto, 2010, p. 400). Portanto, a cultura é um espaço onde se pode observar a luta de classes pela construção da hegemonia².

Feita essa diferenciação inicial, pode-se, então, explorar a arte. Aqui aborda-se sua origem, as funções que desempenha e observa-se os impactos do capitalismo sobre a mesma.

² A construção da hegemonia expressa conflito e consenso, onde os interesses individuais de um grupo passam a se universalizar, assim, “o grupo social universaliza-se porque absorve, num projeto totalizador, a vontade dos grupos subalternos” (Simionato, 2001, p. 9).

1.1 Origem e funções da arte

Não se pode dizer exatamente quando a arte surge, pois, ela é “quase tão antiga quanto o homem” (Fischer, 1956, p. 21). Todavia, é possível afirmar que a arte é uma necessidade humana para além das básicas, como alimentação ou abrigo. A arte é uma necessidade despertada pela atividade ontológica do trabalho, assim, é resultado do processo de humanização e do desenvolvimento do ser social.

O trabalho é o que funda o ser social, tornando-o diferente dos animais. Trabalho representa a interação de homens e mulheres com a natureza a fim de satisfazer suas necessidades. Porém, ao fazê-lo, distanciam-se de suas determinações biológicas por meio da prévia ideação. Isso significa idealizar antes de executar, ou seja, o ser social concebe em sua mente um produto antes de materializá-lo através do trabalho, isto o distingue dos animais dado que estes satisfazem suas necessidades por instinto.

Isso posto, vê-se que “o trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de finalidades e meios determinados” (Lukács, 2009, p. 233). Desde o início, o trabalho desperta a consciência e necessita dela, pois, só com conhecimentos prévios é possível realizar intervenções na natureza (Barroco, 2010). O trabalho é também o dispêndio de força humana, onde o sujeito utiliza-se de instrumentos de trabalho a fim de transformar o objeto de trabalho em um produto, então, faz-se necessário conhecer quais as funções dos instrumentos e como podem transformar a matéria.

Pelo trabalho, o homem passa da natureza para o social. É um momento no qual o homem domina a natureza, mas, sem deixar de ser parte dela. Enquanto ser social, o homem não é apenas fundado pelo trabalho, mas também, é determinado por ele. Pela satisfação de suas necessidades, num processo histórico não linear, vai criando novas necessidades, modificando seu corpo e desenvolvendo novas habilidades (Fischer, 1976). Logo, pode-se dizer que o ser social age na natureza modificando-a ao passo que também é modificado por ela.

O ser social apresenta, a partir do trabalho, particularidades das quais é síntese (Netto; Braz, 2009), são elas:

1. realizar atividades teologicamente orientadas;
2. objetivar-se material e idealmente;
3. Comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada;
- 4.

tratar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente; 5. escolher entre alternativas concretas; 5. universalizar-se; e 6. sociabilizar-se. (Idem, p. 41)

Essas particularidades caracterizam o ser social, demarcando seu desenvolvimento e suas diferenças em relação ao que é natural. O ser social apresenta, ainda, duas dimensões: a universal e a singular. A esfera universal carrega as determinações humano-genéricas, aquelas inerentes ao ser social e que representam sua humanização. Todavia, o ser social é também singular, sendo que essa a esfera é atravessada pela sociabilidade. Isso não significa negar que os sujeitos têm diferentes percepções da realidade, mas, é reconhecer que o individual é socialmente determinado (Silva, 2012).

A partir disso, pode-se situar a arte como inerente ao ser social (Fischer, 1976), não estando presa a talentos ou habilidades especiais (Scherer, 2013), torna-se uma atividade humano-genérica. Acompanhando o desenvolvimento histórico do ser social, identifica-se um momento chave: o desenvolvimento social dos sentidos por meio do trabalho, pois, é a partir daí que o ser social se torna apto a produzir e sentir a arte (Marx, 2012a). Neste sentido, tomando a mão por exemplo:

A mão não é somente o órgão do trabalho: *é igualmente, um produto dele*. Somente pelo trabalho, por sua adaptação a manipulação sempre novas, pela herança do peculiar aperfeiçoamento assim adquirido, dos músculos e tendões (e, em intervalos mais longos, dos ossos) e pela aplicação sempre renovada desse refinamento herdado a novas e mais complexas manipulações – somente assim a mão humana alcançou esse alto grau de perfeição mediante o qual lhe foi possível realizar a magia dos quadros de Rafael, das esculturas de Thorvaldensem e da música de Paganini. (Engels, 2012, p. 137, *itálicos no original*)

Compreende-se, então, que a arte passa a se desenvolver quando o ser social tem o corpo preparado para produzi-la, bem como, o conhecimento necessário para tal. Como exemplo pode-se pensar que as pinturas rupestres foram feitas, porque, as mãos tinham estabilidade para tal e havia conhecimento de que determinadas substâncias, como o carvão, marcavam a pedra. Por conseguinte, “a arte surge para satisfazer uma necessidade especificamente humana; a criação e o gozo artístico fazem parte do reino das necessidades do homem” (Costa, 2013, p. 24).

A arte é, então, resultado da ação humana que transforma a natureza a fim de expressar-se e de refletir sua existência (Frederico, 2013). Analisando as ideias de Marx, Celso Frederico, aponta que a arte é “uma práxis que permite ao homem afirmar-se

ontologicamente” (Idem, p. 44-45). Reconhecer a arte como práxis³, significa afirmá-la enquanto uma objetivação do ser social, para além do trabalho que o funda (Netto; Braz, 2009). Assim, a arte afirma as determinações humano genéricas, demarcando a separação entre homem e natureza.

Não se pode equiparar arte ao ócio ou ao devaneio, demarcando-a unicamente como resultado da subjetividade. A arte é uma representação da realidade, a reflete mesmo nos casos mais individuais (Lukács, 2011; Frederico, 2013). Todavia, “não há grande artista em cuja representação da realidade não se expressem, ao mesmo tempo, também as suas opiniões, desejos, aspirações apaixonadas e nostálgicas” (Lukács, 2011, p. 110). E, é por isso que não se considera a possibilidade de a produção artística ser neutra. Produzir arte é se posicionar frente à realidade. Dessa maneira, afirma Konder (2013), a partir de Lukács: “ou ela [a arte] é universal, no sentido de ser a favor do homem (da comunidade humana), ou ela se deixa enfeudar a uma perspectiva particularista, negativista, renunciando a servir a humanidade” (Konder, 2013, p. 137).

Segundo Fischer (1976), a arte surge como forma mágica de explicar e vivenciar a realidade, mas no decorrer da história, se complexifica, tornando-se um meio de transformar e conhecer a realidade. Logo, a arte não é apenas sinônimo do belo, mas é a representação da história da humanidade e suas transformações. A arte tem a capacidade de representar as especificidades de cada momento histórico e ainda perdurar nos momentos posteriores⁴, vide a influência da Grécia no teatro, por exemplo. Isso, porque:

Toda arte é condicionada pelo seu tempo e representa a humanidade em consonância com as ideias e aspirações, as necessidades e as esperanças de uma situação histórica particular. Mas ao mesmo tempo, a arte supera essa limitação e, de dentro do momento histórico, cria também um momento de humanidade que promete constância no desenvolvimento. (Fischer, 1976, p. 17)

A partir daqui, identifica-se as funções que a arte desempenha para a humanidade. A primeira delas é a de representação da realidade social, considerando aspectos históricos e os conflitos. Pela arte, pode-se registrar vivências, se comunicar, passar sentimentos e

³ “A categoria práxis permite aprender a riqueza do ser social desenvolvido: verifica-se, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações primárias, constituídas pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideias da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores - *um mundo social, humano*, em que a *espécie humana* se converte inteiramente em **gênero humano**.” (Netto; Braz, 2009, p. 44, itálicos e negritos no original).

⁴ Isso ocorre, pois, a arte é ontológica e representa a relação ser social e natureza. Frederico analisando as contribuições de Lukács, afirma que a arte perdura “porque exprime de maneira precisa um momento da evolução do espírito ou uma fase determinada da história social dos homens, e não o eterno confronto homem/natureza” (Frederico, 2013, p. 76).

percepções de mundo, o que para Fischer (1976), está mais ligado à função primordial da arte, marcada pela relação com a magia. Ao passo que o ser social se transforma e escreve sua história, novas funções vão surgindo para arte, mas preservando sua capacidade de representação do real.

A arte não só representa a realidade, mas também, leva a questionamentos frente à essa realidade. Assim, acompanha o movimento da realidade, modificando-a e sendo modificada por ela. Quando está exposto à arte, o sujeito não só contempla passivamente, mas, torna-se ativo, é levado a questionar o que vê e é incitado a promover transformações agindo sobre aquela realidade.

Este é ponto sustentado por Brecht, ao abordar o teatro e explorado por Frederico (2013) e Fischer (1976). Ambos destacam que para Brecht, era importante que a arte fosse além do divertimento, embora essa também fosse uma de suas funções. Demarcando a diferença entre vida real e o teatro, aqueles que representam deveriam tocar a consciência dos que assistem e impulsionar mudanças (Frederico, 2013). Dito isso, “para Brecht (...) a arte não deve mais refletir a realidade como um dado fixo e imutável; ela ao contrário, busca mostrar que os personagens e as ações encenadas são como aparecem porque foram produzidas e, como tal, podem ser modificadas” (Idem, p. 102).

Assim, arte está sempre promovendo processos de consciência. O entendimento marxiano de consciência é demarcado pelas relações antagônicas de classe, onde uma classe domina a outra; e, essa classe dominante terá as ideias dominantes (Marx; Engels, 1998). A consciência é um processo não linear, marcado por várias influências, se dá no campo das relações entre indivíduo e sociedade; e, assim sendo, não pode ser considerada exclusivamente subjetiva (Álvaro, 2013). Por conseguinte, compreende-se que a consciência é socialmente determinada, dado que “não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (Marx; Engels, 1998, p. 20).

Os processos de consciência representam avanços e retrocessos entre as formas de consciência, a saber: alienação, consciência em si e consciência para si (Álvaro, 2013). Para que se rompa com a alienação é preciso “que ocorra uma “crise ideológica” (...) manifesta na forma de “revolta”, proporcionada pela percepção do indivíduo da “injustiça” nas relações” (Idem, p. 67, aspas no original). Aqui a arte pode ser um disparador de crise, possibilitando que o sujeito observe as desigualdades inerentes ao capitalismo e sinta-se incitado a modificar tal situação ao compreendê-la enquanto processo histórico.

A partir dessa crise, o sujeito não se vê mais sozinho, está com o grupo e passa a lutar por melhores condições de vida, estando no campo da emancipação política, sem que haja uma luta pela eliminação das estruturas e determinações do capitalismo, esta é a consciência em si (Álvaro, 2013). Já a consciência para si, passa pela necessidade de romper com a sociedade de classes, superando o capitalismo e todas as formas de opressão, é a busca pela emancipação humana⁵, marcada pela organização de classe e luta política (Idem). Ambas as formas de consciência se expressam na conformação de classe, assim, a consciência em si é o momento da classe em si e a consciência para si o da classe para si (Idem).

Através da arte promove-se processos de consciência onde o sujeito se vê em relação com a sociedade, percebendo como a mesma o determina. Observa-se, então, como um sujeito histórico, apto a mudar sua realidade em condições determinadas. Santos e Mendonça (2015), analisam como a arte foi fundamental no período da Ditadura no Brasil, onde artistas se posicionavam contra a repressão e apontavam para a necessidade de romper com este processo. Tem-se que a arte conscientiza desde os processos de crise que despertam a consciência em si, podendo ser até mesmo um instrumento para chegar à consciência para si.

Observe-se a música “Até Quando Esperar” da banda Plebe Rude, interpretada já no período de transição democrática e expressando o momento de crise econômica. Em seu refrão, ela causa no sujeito o sentimento de questionar a injustiça: “com tanta riqueza por aí, onde é que está, cadê sua fração”. Utilizada dentro de um movimento social, no campo da consciência em si, poderia se falar da necessidade de reivindicar redistribuição de renda, mas sem questionar o capitalismo. E num estado de maior organização e ação política da classe trabalhadora, reconhecendo a produção de pobreza como condição para a de riqueza, promoveria a consciência para si. Portanto, a arte pode ser utilizada como forma de suscitar os vários estágios de consciência, mas, as mudanças dependem da ação concreta da classe trabalhadora (Álvaro, 2013).

Por meio da arte, ativa-se uma consciência mais crítica, capaz de questionar a ordem das coisas, promover organização coletiva e requisitar mudanças na realidade. Os sujeitos reconhecem os impactos do capitalismo em suas vidas, podendo organizar-se para superar a

⁵ “As reivindicações dentro do campo da emancipação política são aquelas que lutam por ampliação de direitos ou resolução de problemas para grupos específicos, sem que necessariamente haja questionamento das determinações do capitalismo sobre essas questões. A emancipação humana, por sua vez, reconhecendo a necessidade de superar o capitalismo, requer a superação de todas as formas de opressão. Deste modo, numa perspectiva marxista: “a emancipação política é a da burguesia (parcial), da exploração do homem pelo homem, da sociedade de classes e a emancipação humana é a do proletariado (universal), da superação da exploração do homem pelo homem, ou seja, a que elimina a sociedade de classes” (Souza; Domingues, 2012, p.69).

própria estrutura de classes na qual este se baseia. Portanto, “a arte tem a possibilidade e, assim, provocar nos indivíduos o despertar da sua consciência em busca da mudança, uma vez que a arte constitui-se em elemento fundamental em uma sociedade em que a luta de classe se aguça” (Scherer, 2013, p. 76).

No contexto do capitalismo e das relações antagônicas de classe, a arte passa a ter outra importante função: a de romper com processos de alienação. Conforme já foi sinalizado, compreende-se a alienação como uma primeira forma de consciência (Álvaro, 2013). A alienação é resultado do processo de estranhamento, este ocorre quando o homem ao dominar a natureza e se afastar dela, não se reconhece nela e nem reconhece o que produz. Assim, “aliena-se das coisas por êle mesmo feitas e aliena-se de si próprio, perdendo-se no ato da produção” (Fischer, 1976, p. 95).

A alienação é característica do capitalismo, dada a separação entre o homem e os seus meios de produção, e o trabalho que se volta à produção de mercadorias (Scherer, 2013). Quando o objetivo é produzir mercadorias, o trabalho expressa, para além de seu significado concreto enquanto satisfação de necessidade, seu significado abstrato⁶. O ser social, já não se realiza em seu trabalho, estranha a si, a natureza e o que produz, seu trabalho tornou-se alienado. O trabalho é agora sinônimo de emprego, uma obrigação penosa para garantir a sobrevivência.

Tem-se, então, um processo de coisificação, o humano não se reconhece mais como tal e aquilo que ele produz vai ganhando vida própria, é autônomo e estranho (Álvaro, 2013). Logo:

O trabalhador encerra sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto de seu trabalho. Portanto, quanto mais maior este produto, tanto menor ele mesmo é. (Marx, 2008a, p. 81)

A alienação é útil para a reprodução da dominação no capitalismo, pois, naturaliza as desigualdades resultantes da produção coletiva e apropriação privada do capital, tornando mais fácil a manipulação das classes trabalhadoras com vistas a atender os interesses do capital (Scherer, 2013). “O homem, neste contexto, é separado da sua função criadora, é

⁶ “Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso” (Marx, 1996, p. 175).

separado do seu caráter humano-genérico, sua vida é transformada em mercadoria para ser vendida na lógica do sistema capitalista” (Idem, p. 57).

Portanto, se a arte é capaz de despertar a necessidade de ação nos sujeitos, ela também abre espaço para que se rompa com a alienação. A partir dela os sujeitos questionam a realidade, as desigualdades e a exploração provenientes do capitalismo. Podem, então, conectar-se com sua esfera humano-genérica, rompendo com o estranhamento e com a coisificação, promovendo sua própria humanização. O sujeito pode novamente perceber-se como parte da natureza e da humanidade. Produz e transforma a si e a realidade por meio do trabalho e de suas objetivações.

Nesse sentido, considerando a poesia como uma das linguagens da arte, observa-se que: “projetando na consciência do leitor imagens do mundo e do homem muito mais vivas e reais (...) o poema acende o desejo de uma outra existência, mais livre e mais bela” (Bossi, 2008, p. 227). Assim, Frederico (2013), destaca que para Marx, a arte tem sempre uma função humanizadora, entretanto, quando transformada em mercadoria também pode alienar-se.

É por meio da vida cotidiana que a alienação se reproduz (Scherer, 2013; Barroco, 2010). O cotidiano é o *lócus* da socialização do indivíduo, é na vida cotidiana que o ser humano assimila as maneiras pelas quais pode atender a essas necessidades e também é onde ele acessa a moral e a ética (Heller, 2000). Logo, a esfera cotidiana não pode ser suprimida, ou seja, não há sociabilidade sem a vida cotidiana.

Há três características principais no cotidiano, são elas: a heterogeneidade, a imediatividade e a superficialidade extensiva (Barroco, 2010). As ações são diversas no cotidiano, muitas vezes realiza-se várias ao mesmo tempo, aqui se expressa a primeira característica. Procura-se realizá-las da maneira mais rápida, sem refletir, age-se de forma automática e acrítica, aqui se expressam as duas últimas características.

A vida cotidiana é heterogênea, sem profundidade, várias atividades são repetidas, sem que haja questionamentos sobre elas (Scherer, 2013). Agnes Heller (2000) aponta que é necessário suspender o cotidiano por meio da homogeneização para que se reflita sobre ele, neste processo, é possível que o homem saia da singularidade e atinja sua determinação universal enquanto ser social determinado pelo trabalho. Para a autora, este processo chama-se elevação humano-genérica e ocorre sem que se elimine a singularidade, pois, é uma mediação.

Pode-se exemplificar a elevação e suspensão do cotidiano da seguinte forma:

Quando num dado momento da vida cotidiana - o indivíduo começa a refletir acerca de uma superstição que compartilhava, ou de uma tese que assimilou na integração de que faz parte, passando a supor que nem uma nem outra são aceitáveis porque contradizem a experiência, e, logo após, começa a examinar o objeto posto em questão comparando-o com a realidade, para terminar recusando-o, em tal momento o referido indivíduo elevou-se acima do decurso habitual do pensamento cotidiano, ainda que apenas em tal momento. (Heller, 2000, p. 34)

A arte é uma das formas de elevação da vida cotidiana, pois, “é autoconsciência, e memória da humanidade” (Idem, p. 26). A arte também faz parte do cotidiano, é uma necessidade despertada nele (Frederico, 2013), que se expressa nele; e, é influenciada por ele. Assim, também pode ser passível de alienação. Todavia, através da arte, enquanto processo de homogeneização, “o sujeito tem a possibilidade de interpretar o seu meio de maneira crítica e totalizante, realizando movimentos em favor de uma transformação, de uma humanização da própria humanidade” (Scherer, 2013, p. 63).

Analisando a relação entre arte e cotidiano em Lukács, Frederico (2013) oferece um panorama onde, por meio da arte, o homem parte do cotidiano e retorna à ele com uma visão de mundo transformada. Posto que “a arte, ao contrário da vida cotidiana, oferece-nos um *mundo homogêneo*, depurado das “impurezas” e acidentes da heterogeneidade próprias do cotidiano” (Frederico, 2013, p. 135, *itálicos e aspas no original*). A arte carrega em si elementos mais complexos e ricos que aqueles apresentados no cotidiano, portanto, torna-se capaz de elevá-lo.

Por fim, enquanto uma das formas de representação da realidade, a arte produz conhecimento e autoconhecimento:

Ela [a arte] *proporciona um conhecimento particular que não pode ser suprimido por conhecimentos proporcionados por outros modos diversos de apreensão do real*. Se renunciamos ao conhecimento que a arte – e somente a arte – pode nos proporcionar, mutilamos a nossa compreensão da realidade. E, como a realidade de cuja essência a arte nos dá a imagem é basicamente a realidade humana, isto é, nossa realidade mais imediata, a renúncia ao desenvolvimento do conhecimento artístico e, por conseguinte, a renúncia ao desenvolvimento do estudo de questões estéticas acarretam a *perda de uma dimensão essencial na nossa autoconsciência*. (Konder, 2013, p. 25, *itálicos no original*)

Logo, destaca-se que a arte é capaz de promover o autoconhecimento, pois, sendo uma das objetivações do ser social, é parte de todo ser humano. Afastando-se da alienação, elevando o cotidiano e promovendo consciência, a arte permite que o homem conheça a si e a sua história. A partir de Lukács, Konder (2013) compreende que pelo seu caráter

humanizador, a arte conecta-se à história do ser social e faz com que ele se reconheça nela. O autoconhecimento é a percepção de si como humano, diferente do natural, mas parte dele. É a constatação de que se é ser social determinado pelo trabalho, parte da humanidade e capaz de mover a história.

Despertada pelo trabalho, a arte apresenta diversas funções, a saber: promoção de consciência, ruptura com processos de alienação, elevação do cotidiano e geração de autoconhecimento. Todas estão articuladas e são atravessadas pela função primordial: a de representar a realidade e refletir sobre ela a fim de transformá-la. A arte quando voltada ao lado crítico, está sempre a promover a humanização frente uma realidade caótica e desumanizada. Nesse sentido, “capacita o homem para compreender a realidade e o ajuda não só a suportá-la como transformá-la, aumentando-lhe a determinação de torna-la mais humana” (Fischer, 1976, p. 57); e, sempre estará acompanhando o desenvolvimento humano.

1.2 A arte no capitalismo

Conforme assinalou-se no tópico anterior, o contexto do capitalismo traz implicações para arte, em especial nos processos de alienação. Agora, explora-se com mais profundidade o processo pelo qual a arte se transforma em mercadoria, afastando-se de seu potencial humanizador. Portanto, “trata-se de sua [da arte] desumanização e tempos de valorização social do consumo” (Costa, 2013, p. 29).

Ainda anterior ao capitalismo, a divisão da sociedade em classes impacta a arte separando-a de sua dimensão coletiva. A arte representava a produção coletiva de um determinado povo, transmitia sua história, sua crença, sua magia e religião (Fischer, 1976). Entretanto, “numa sociedade dividida em classes, as classes procuram recrutar a arte – a poderosa voz da coletividade – a serviço de seus propósitos particulares” (Idem, p. 50). Dessa forma, a arte pode ser tornar uma forma de manipulação, voltando-se para interesses individuais

Primeiramente, cabe demarcar o capitalismo como um modo de produção baseado na exploração do homem pelo homem. A sociedade é dividida em classes antagônicas fundamentais, onde aqueles que têm a propriedade privada dos meios de produção chamam-se burgueses e aqueles que produzem e são explorados são os proletários. O objetivo do capitalismo é a produção de mais-valia que resulta diretamente da exploração do trabalho

humano e materializa-se socialmente na forma de lucro. A produção de mercadorias se dá pela busca pela mais-valia e não pela necessidade.

Acompanhando toda a história da humanidade e sendo determinada por ela (Fischer, 1976), a arte tem sua função crítica presente no capitalismo, mas, há algumas questões que se deve destacar. No capitalismo tudo se torna mercadoria, portanto, a arte também é passível de compra e venda. A mercadoria é produto do trabalho humano, apresentando o valor de uso que corresponde à necessidade que visa atender e valor de troca que equivale a dizer que a mesma é passível de troca com outras mercadorias por resultar do trabalho humano (Netto; Braz, 2009). O dinheiro, torna-se um equivalente universal para a troca de mercadoria, a partir dele estabelece-se relações de compra e venda.

Enquanto mercadoria, a arte passa a ter valor de uso expresso em sua função, seja ela luxo, conhecimento, decoração; e valor de troca expresso no valor pago por ela⁷. Todavia, “o capitalismo não é, em sua essência, uma força social propícia à arte, disposta a promover a arte. Na medida em que o capitalismo necessita da arte de algum modo, precisa dela como o embelezamento de sua vida privada ou apenas como um bom investimento” (Fischer, 1976. p. 61).

Assim, tem-se uma arte pouco acessível, ligada ao sucesso e ao talento, ignorando que enquanto uma necessidade do ser social, a arte é inerente a todo ser humano. No capitalismo, o caráter transformador e crítico da arte é encoberto, porém, ainda assim, permanece e pode revelar “expressões da questão social ou contradições cotidianas, como a inversão de valores imposta pela sociedade capitalista, processos de discriminação e violência, ou ainda, de sonhos e estratégias de resistência dos sujeitos” (Prates, 2007, 229). Deste modo, ressalta-se que a arte pode atender aos interesses dominantes ou pode questioná-los, perturbando a ordem do capital com o objetivo de transformá-la.

Se a arte tornou mercadoria, o artista torna-se produtor de mercadorias (Fischer, 1976). Nesse sentido, afirma Konder (2013), a partir de Lukács: “quando o artista abre mão de sua liberdade mais profunda e age como criado que quer agradar o patrão, aceitando realizar uma obra cujo o conteúdo lhe é matéria “surda e rebelde” (...) ele não só fracassa artisticamente, como se revela um oportunista” (Konder, 2013, p. 109). Todavia, enquanto produtor da mercadoria arte, o artista pode desempenhar diferentes papéis frente ao

⁷ “A sociedade capitalista esvazia a arte de seu potencial criador. A arte, quando transformada em valor de troca, perde totalmente o seu caráter transformador, e passa a se configurar como um objeto, cujas potencialidades são reduzidas” (Scherer, 2013, p. 82).

capitalismo, a depender da produção ou não de mais valia por meio de seu trabalho. Assim, pode produzir a arte para empresas ou por conta própria visando sua sobrevivência. É o que explica Marx, a partir da diferença entre trabalho produtivo e improdutivo.

Um ator, inclusive um palhaço, pode ser, portanto, um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista (de um empresário), ao qual restitui uma quantidade maior de trabalho do que a que recebe dele sob forma de salário, enquanto um alfaiate que vai à casa do capitalista para arranjar-lhe as calças, criando não mais que um valor de uso, não é, pois, mais que um trabalhador improdutivo. O trabalho do ator troca-se por capital, o do alfaiate por lucro. O primeiro cria mais-valia; o segundo apenas consome lucro. (Marx, 2012b, p. 151)

Enquanto mercadoria, a arte não é só restrita ao campo do sucesso e do talento, é também restrita aos que tem dinheiro para consumi-la. Assim, a arte isola-se da maior parte da população, que mal consegue consumir aquilo que é necessário para sua sobrevivência. Scherer (2013), destaca que outro obstáculo é a falta de tempo para que o sujeito produza arte e entre em contato com ela, isso porque, a maior parte de seu tempo é ocupada pela jornada de trabalho. É importante lembrar:

A arte, quando mercantilizada, não é vista como uma dimensão social do ser humano, necessária para sua expressão em todos os momentos, por todas as pessoas, mas sim como algo exclusivo para determinada classe social, trancada em certos espaços, como teatros, museus, casas de espetáculos, com entrada restrita para aqueles que possuem recursos para pagar os altos ingressos. (Scherer, 2013, p. 81)

Soma-se a essas restrições a noção de que a arte, especialmente a voltada para seguimentos populares, é ócio, é um luxo ao qual não podem se dar⁸. Todavia, pode-se destacar o trabalho dos movimentos sociais como uma forma de resistir à mercantilização da arte, trazendo à tona a potencialidades que todos têm como artistas. São exemplos: a produção de *rap* e pequenos filmes que contam a história de bairros ou comunidades a partir do ponto de vista dos que ali residem. Nesse sentido, valorizam o caráter humanizador da arte, destacando sua capacidade de produzir registros, expressar sentimentos e gerar reflexões.

O capitalismo não só transforma a arte em mercadoria, como também passa a utilizá-la para reproduzir ideias dominantes, ampliando o processo de alienação (Scherer, 2013). Ao invés de permitir que os indivíduos produzam arte, dissemina-se uma arte alienada, que naturaliza a realidade e não instiga questionamentos. Para Fischer (1976), vários movimentos artísticos propõem enfrentar essa questão: para o niilismo, nega-se a realidade; o romantismo

⁸ Nos últimos anos, avançou-se no reconhecimento do acesso à arte enquanto direito. Exemplo disso é vale-cultura, benefício no valor de cinquenta reais destinado, prioritariamente, a trabalhadores com renda de até 5 salários mínimos, assim, busca-se ampliar o acesso a bens e serviços culturais (Brasil, Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012).

propõe superá-la dentro do próprio capitalismo e o movimento da arte pela arte trabalha valorizando a beleza na busca por afastar a arte da mercantilização, mas, acaba reafirmando-a.

Esse processo é ampliado pela massificação da arte. Trata-se da produção da arte pela mídia, como filmes, novelas, livros e músicas, com vistas a legitimar a dominação e exploração capitalistas (Scherer, 2013). Toma-se por exemplo as telenovelas, estas são tradicionais no Brasil, ditando, por vezes, o modo de se vestir e de falar. Capazes de promover grande comoção, são utilizadas para passar mensagens políticas e sociais a fim de naturalizar os impactos do capitalismo, ou, no máximo, questionam algumas desigualdades sociais sem reconhecer que o capitalismo as determina.

As novelas se tornam contos de fadas para adultos, falseando a realidade vivenciada pelos brasileiros. A novela vende um país fictício, onde se pode ascender pelo trabalho e superar as desigualdades, desde modo, contribui-se para a manutenção e legitimação das estruturas de desigualdades, não havendo questionamento delas. Isso fica claro ao observar como as novelas têm foco no eixo Rio-São Paulo, retratam a vida das classes dominantes e vendem a pobreza, em especial, no contexto da favela, como algo feliz e de fácil superação.

Nesse sentido:

Nas telenovelas, utilizando como principal instrumento a arte cênica, através de um texto romântico e bem elaborado, criam-se personagens que representam um imaginário de sonho, uma idealização, que pode servir de anestésico à realidade dura dos indivíduos. Este anestésico de realidade, porém, torna-se venenoso no momento em que anestesia as possibilidades dos indivíduos criarem sua consciência crítica, e induzirem ao consumismo, levando as pessoas a comprarem mercadorias parecidas com os produtos usados pela personagem da novela, a fim de assemelhar àquela idealização que anestesia a população diariamente. (Scherer, 2013, p. 82)

Por fim, o que o capitalismo promove é a total desumanização da arte, pois, a afasta de suas funções e de sua relação com o trabalho. A arte não é mais uma objetivação do ser social, desaparece dela o sujeito, suas relações com o social tornam-se encobertas (Fischer, 1976). Está, pois, fragmentada, não é mais capaz de refletir a realidade (Idem). Presta-se, como qualquer mercadoria, a produzir mais-valia; e, a disseminar interesses dominantes.

Todavia, a arte é também resistência, a todo momento os sujeitos estão enfrentando as consequências do capitalismo sobre ela. Todas as suas funções continuam a existir e estão aptas a questionar o capitalismo e até mesmo apontar formas de superá-lo. Logo, o sujeito reconhecendo a si como produtor de arte “pode ser um perturbador da ordem estabelecida, à medida que expõe por meio de suas obras, suas reflexões e suas ideologias, assim, como

quando consegue expor por meio da arte os sentimentos confusos da massa em relação ao momento em que vive” (Conceição, 2010, p. 59)

Capítulo 2 – Arte e Serviço Social

*“Pelos campos há fome em grandes plantações
Pelas ruas marchando indecisos cordões
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão
E acreditam nas flores vencendo o canhão
Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.”*
(Geraldo Vandré)

O cenário atual do capitalismo coloca em cena o esgotamento de suas possibilidades de garantir desenvolvimento humano e econômico, tem-se uma crise estrutural do capital. Na luta para se manter, o capitalismo mundializou-se, financeirizou-se e vem aprofundando a capacidade de transformação de tudo em mercadoria, inclusive direitos sociais. Neste processo, “a ideologia neoliberal sustentando a necessidade de “diminuir” o Estado e cortar suas “gorduras”, justifica o ataque que o grande capital vem movendo contra as *dimensões democráticas* da intervenção do Estado na economia” (Netto; Braz, 2009, p. 227, aspas e itálicos no original).

O Serviço Social, como as demais profissões, tem sua existência determinada pelas relações sociais, recebe os impactos desse cenário, seja enquanto classe trabalhadora, seja em sua materialidade: a questão social. O posicionamento da profissão é de crítica e de luta, isto aparece no conhecimento produzido, na organização pela defesa e ampliação dos direitos sociais, por exemplo. Portanto, as assistentes sociais são profissionais com conhecimentos que devem ser partilhados com seus usuários, a fim de desmistificar as relações sociais, romper com a naturalização das desigualdades sociais e questionar discursos que apontam que a única saída para a crise do capital é destruir direitos.

É pela prática pedagógica que as assistentes sociais socializam e constroem conhecimentos junto aos usuários. Todavia, observando o cenário do capitalismo, o uso da criatividade (Conceição, 2010; Prates, 2007; Santos; Mendonça, 2015) pode tronar-se uma alternativa estratégica ao trabalho das assistentes sociais. Assim, “a capacidade criativa do Assistente Social está em saber adotar um determinado instrumento às necessidades que lhe são apresentadas em seu cotidiano de trabalho, ou mesmo criar outros capazes de produzir mudanças na realidade social” (Conceição, 2010, p. 63).

Nesse sentido, levando em conta a dinâmica institucional, os objetivos profissionais e as alternativas presentes no real, a função pedagógica requer o uso de diferentes linguagens que proporcionem uma leitura crítica da realidade. Logo, propõe-se que a arte enquanto mediação, se coloca como alternativa para a concretização da prática pedagógica. Aqui aborda-se a arte como mediação e seu uso no contexto da prática pedagógica do Serviço Social.

2.1 Arte enquanto mediação em Serviço Social

Segundo Netto (2011), Marx buscava compreender a sociedade burguesa e apontar caminhos para sua superação, nessa lógica, a construção de sua teoria se dá com base em três categorias: mediação, totalidade e a contradição. A partir daí a realidade é compreendida como concreta, determinada historicamente, estando sempre em movimento contraditório e constituída por vários complexos. O método marxiano, portanto, não é um conjunto de regras a ser seguido, mas uma forma de captar o movimento do real por meio da razão. Logo, “o processo de conhecimento se faz através de *aproximações sucessivas* (...) o concreto não é apreensível no plano da imediatez, mas representa o produto, o resultado de um complexo processo dos movimentos da razão” (Pontes, 2016, p. 81).

Aqui explora-se a mediação. No cotidiano, esta tem vários significados desde o termo médio até a resolução de conflitos. Entretanto, aqui é compreendida como categoria, sendo que “categorias (...) exprimem formas de vida, determinações de existência” (Marx, 2008b, p. 265). Localiza-se as categorias na realidade concreta, em seu movimento contraditório e totalidade. Neste sentido, não são apenas construção mental, mas, são resultado daquilo que a razão extrai do real exprimindo seu movimento histórico.

Portanto, as categorias, incluindo a mediação, “são objetivas, reais (pertencem à ordem do ser- são categorias *ontológicas*); mediante procedimentos intelectivos (basicamente, mediante a abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim também pertencem à ordem do pensamento – são categorias *reflexivas*” (Netto, 2011, p. 46, *itálicos no original*).

Assim, as mediações são categoria ontológica e reflexiva. Isso posto, “são as expressões históricas das relações que o homem edificou com a natureza e consequentemente das relações sociais daí decorrentes, nas várias formações sócio-humanas que a história registrou” (Pontes, 2016, p. 89). Constituem-se, também, como formas de aproximação e

compreensão da totalidade⁹ em seus distintos graus de complexidade. Trata-se do movimento de aproximação do real a fim de teoriza-lo, portanto, “são instâncias de passagem da teoria para a prática” (Costa, 2013, p. 32).

Pontes (2016) parte da compressão da singularidade, particularidade e universalidade para evidenciar que a assistente social é uma profissional que trabalha “*com e nas mediações (...) é um[a] articulador[a] e potencializador[a] de mediações (...) atua nos sistemas de mediações que estruturam as refrações da “questão social” constitutivas das demandas sociais à profissão*” (Pontes, 2016, p. 194, *itálicos e grifos no original*). Utilizando-se das mediações, a profissional pode atuar para além daquilo que imediato, desvelando as relações sociais de produção e reprodução que estão encobertas nas demandas institucionais.

Aqui a análise da mediação se dá com base no movimento triplo de suas dimensões. A singularidade é o campo do cotidiano, das ações heterogêneas e repetitivas, sem reflexões mais profundas. Aqui as mediações estão encobertas pela imediaticidade dos fatos. É aqui que a assistente social recebe as demandas sócio institucionais e realiza atendimentos que parecem estar isolados “com um “fim em si mesmo”” (Costa, 2013, p. 33, *aspas no original*). Cada demanda aparece desconexa da outra e da realidade, estando ligada a processos próprios da instituição (Pontes, 2016).

Pela razão, busca-se ultrapassar o singular e alcançar o universal. Este é o campo da legalidade social, onde se expressam as tendências históricas. Para isso é preciso que a profissional do Serviço Social compreenda a realidade com base na totalidade, saindo do aparente e da imediaticidade. Trata-se de observar as relações entre as leis tendenciais da história e o cotidiano, assim, tornam-se evidentes as mediações. Para Costa (2013) esse é o caminho para uma intervenção profissional mais complexa, que observa a inserção e ação dos sujeitos na realidade e não os culpabiliza.

Logo, tem-se que a particularidade é o campo das mediações, onde o universal torna-se singular e o singular torna-se universal. É onde essas três dimensões mostram-se articuladas promovendo uma visão de totalidade. Deste modo:

As mediações têm funções de conduto de “passagens” e “conversões” entre as várias instâncias da totalidade. Por isso, a categoria de mediação é estruturante da particularidade. No plano da realidade, o particular representa

⁹ “A totalidade “não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é “simples” – o que as distingue é o seu grau de complexidade” (Netto, 2011, p. 56, *aspas no original*).

a mediação concreta entre os homens singulares e a sociedade; a particularidade da vida humana esta eivada da singularidade dos “fatos irrepetíveis” e saturada da universalidade, que é a legalidade que articula e impulsiona a totalidade social. (Pontes, 2016, p. 99, aspas no original)

Vê-se a mediação como um processo, onde essas três dimensões estão em movimento constante, podendo ser captadas pela razão e utilizadas pela assistente social. Isso significa dizer que em seu trabalho, há uma busca por refletir sobre o cotidiano e reconstruir intelectualmente as mediações que estão na realidade. Trata-se de relacionar o que há de universal com o que se observa nas demandas institucionais, relacionando-as com a universalidade; seria, por exemplo, pensar na reinserção ao mercado de trabalho em relação com o desemprego estrutural e as relações de classe.

Portanto, “mediação, no Serviço Social, é entendida como “uma instância de passagem” (Santos, 2010, p. 3). É momento que se sai do aparente por meio dos conhecimentos e pensa-se em como agir na realidade. Nesse contexto:

A particularidade é a categoria reflexiva que propicia que a universalidades ganhem sentido objetivo-operacional na vida singular dos usuários do serviços sociais públicos, nos seus problemas pessoais e psicossociais. É quando o “problema” de um punhado de pessoas num mundo isolado, portanto, abstrato, passasse a ser também comum a vários segmentos sociais genericamente, articulado por uma dada força relacional que seria uma dada lei histórico-social. Então, aquela situação, que se afigurava no plano da singularidade como “problema individual-familiar”, mediatiza-se pelas leis societárias tendenciais e particulariza-se pelas determinações históricas, ganhando, por aproximações sucessivas, concretude no entrecruzamento dos complexos sociais (que o compõe, e é por ele composto). (Pontes, 1996, p. 16, aspas no original).

Desde a reconceituação, vem-se debatendo sobre a categoria mediação e sua importância para o Serviço Social¹⁰. A partir disso, pesquisadoras como Costa (2013) e Santos (2004, 2010, 2015), vêm propondo que se pense na arte como uma das mediações com as quais as assistentes sociais podem trabalhar. Assim, a arte enquanto mediação, expressa-se como uma categoria ontológica e reflexiva.

É ontológica porque é práxis, resultado da relação dos humanos com a natureza e expressão dela, conforme explicitado no capítulo anterior. A arte também se coloca como reflexiva ao ser uma forma de conhecimento, sendo possível captá-la por meio da razão. Questão que Frederico (2013) observa no pensamento de Hegel, afirmando que “a arte é uma forma de conhecimento e uma afirmação ontológica” (Frederico, 2013, p. 27).

¹⁰ A apropriação da categoria mediação pelo Serviço Social, é “resultante da consolidação do projeto profissional do Serviço Social e (...) da apropriação teórica de autores da tradição marxista que ampliam o legado de Marx, especialmente Georg Lukács” (Santos, 2015, p. 138).

Observando a mediação no contexto do método marxiano, vê-se que a mesma é fundamental para que se saia da aparência e se alcance a essência dos fenômenos. Isto é o que Marx busca ao captar o movimento da realidade. Este é processo no qual utiliza-se a razão para partir da aparência, sem eliminá-la; alcançar a essência. Deste modo, compreende-se que as mediações carregam em si aparência do campo singular e são formas de alcançar a essência do campo universal, com a arte não poderia ser diferente.

Frederico (2013) mostra como a união essência e aparência na arte é abordada primeiramente em Hegel e depois em Lukács. Para Hegel, isso ocorre, pois, a arte é “um campo de mediações, um polo aglutinador do sensível e do inteligível” (Frederico, 2013, p. 33). Nesse sentido, o sensível é a aparência, a subjetividade da obra de arte; e, o inteligível é o conhecimento que ela proporciona quando a encarada pela razão.

Lukács sustenta o caráter reflexivo da arte e destaca que a mesma está sempre em contato com a realidade. Ao analisá-lo, afirma Frederico (2013): “sua [da arte] característica definidora (...) consiste em apresentar uma imagem da realidade de forma que “aparência e a essência aparecem unidas em sua imediatez”” (Idem, p. 85, aspas no original). Portanto, para romper com essa imediatez, é preciso encarar a arte como mediação capaz de conduzir à particularidade. A partir disso, compreende-se, ainda em Lukács, que arte pode promover “uma elevação da subjetividade do plano meramente singular para o campo mediador da particularidade (a síntese do singular e do universal)” (Idem, p. 137). Dessa forma:

A verdadeira arte (...) sempre se aprofunda na busca daqueles momentos mais essenciais que se acham ocultos sob a superfície dos fenômenos, mas não representa esses momentos essenciais de maneira abstrata, ou seja, suprimindo fenômenos ou contrapondo-os à essência; ao contrário, ela apreende exatamente aquele processo dialético vital pelo qual a essência se transforma em fenômeno, se revela em fenômeno, mas figurando ao mesmo tempo o momento no qual o fenômeno manifesta, na sua mobilidade, a sua própria essência. (...) Dado que, desse modo, a concepção dialética aprende, numa unidade universal móvel, o particular e o singular, é claro que essa concepção deve se manifestar de maneira peculiar nas formas fenomênicas específicas da arte. (Lukács, 2011, p. 105)

Segundo Konder (2013), para Lukács a particularidade é fundamental para a compreensão da arte, sendo que o particular é o campo onde o universal e o singular se encontram. Então, pode-se dizer que a arte se coloca como mediação. Ela é capaz de ultrapassar o cotidiano, ligando-o ao campo da legalidade social. A arte está no campo do singular ao ser parte do cotidiano, nascendo nele e o expressando. Representa, também, a subjetividade de quem a produz e os sentimentos dos que se identificam com ela. Mas, não sendo só subjetiva e ao desempenhar suas funções, se reafirma como uma atividade

humanizadora. É comum a todos os humanos ao ser resultante de suas necessidades enquanto seres sociais, portanto, a arte é universal, é parte de todos os seres humanos.

Nessa lógica, o uso da arte enquanto mediação em Serviço Social significa a possibilidade de uma intervenção comprometida em desvelar a realidade social vivenciada pelos sujeitos atendidos. Isso porque, os sujeitos podem identificar-se em sua singularidade com arte, assim como, podem produzi-la para expressar suas vivências e opiniões. Cabe à assistente social suscitar elementos da universalidade para que se possa particularizar tais representações artísticas.

Utilizando-se ainda das funções da arte, promove-se um momento de humanização ao romper com a alienação e promover consciência. Os sujeitos passam a conhecer as estruturas de opressão e podem pensar em formas de rompê-las. Portanto, a arte pode contribuir para uma ação profissional emancipatória com vistas a romper com as determinações do capitalismo. Assim tem-se que:

Uma intervenção pautada na utilização de expressões artísticas como mediação visa ultrapassar o nível da imediatez, possibilitando processos reflexivos de conhecimento da conjuntura social, adentrando em questões de natureza ontológica e humano-genérica, visando o desenvolvimento e fortalecimento das capacidades criativas. (Costa, 2013, p.35)

Dessa forma, a arte se concretiza como uma forma pela qual a profissional do Serviço Social vai se aproximar da realidade dos sujeitos atendidos, assim como, vai poder intervir sobre ela. As representações feitas por meio da arte, tornam-se formas pelas quais pode-se acessar as vivências dos sujeitos. E, utilizando-se de produções artísticas em geral, pode-se refletir sobre a realidade local, regional e até global. Posto que: “a expressão dos sujeitos através da arte é importante material para a análise do Serviço Social, pois este desvendamento (e ressalte-se: histórico e processual) é condição para planejarmos estratégias de intervenção” (Prates, 2007, p. 227).

A arte coloca-se como uma das formas de compreender como as expressões da questão social rebatem na vida dos sujeitos. Sendo, também, uma maneira de refletir sobre elas, enfrentá-las e até mesmo modificá-las (Prates, 2007; Santos; Mendonça, 2015). Dado que, arte expressa a realidade e ação humana na história, mas também é uma forma de transformar a realidade.

Todavia, deve-se ter sempre em mente que existem outras alternativas para o enfrentamento das expressões da questão social. O uso da arte vai depender das condições e

instrumentos de trabalho da assistente social, assim como, do perfil das demandas e sujeitos atendidos. Destaca-se também que a arte “não resolverá todas as mazelas de uma sociedade como um bálsamo “mágico” para enfrentamento das expressões da Questão Social, uma vez que tais expressões são fruto de um sistema que se baseia na exploração e na desigualdade” (Scherer, 2013, p. 86, aspas no original). Assim, não se deve pensar que o Serviço Social, ou, as expressões artísticas por si eliminarão todas as formas de opressão e exploração, já que para isso é necessária a ação política da classe trabalhadora voltada a romper o capitalismo.

Compreendendo, então, a arte como mediação e propõe-se que a mesma possa ser usada no contexto da prática pedagógica do Serviço Social. Isto pois, promove o desvelar da realidade social por meio da construção coletiva de conhecimentos críticos, é o que se explora no tópico seguinte.

2.2 O uso da arte na prática pedagógica do Serviço Social

A prática pedagógica do Serviço Social se dá pelo entendimento de que a profissão tem função educativa. Nesse sentido, as relações educativas devem ser encaradas de forma mais ampla, não se restringindo unicamente ao ambiente escolar. Abreu (2011), com base em Gramsci, acrescenta que as relações educativas se dão no terreno da construção de hegemonia. Então, não podem ser neutras, estão legitimando ou questionando os interesses das classes dominantes.

Localiza-se, a partir de conceitos gramscianos, a prática pedagógica no campo da organização de cultura (Abreu, 2011). A organização de cultura¹¹ é o processo pelo qual expressa-se a hegemonia e constrói-se a consciência de classe tendo por fim a transformação da realidade. Assim:

A função pedagógica do assistente social na sociedade capitalista, em sua fase monopólica, define-se e consubstancia-se no terreno da elaboração e difusão de ideologias na organização de cultura- condição e horizonte da construção das relações de hegemonia no cotidiano das classes sociais em confronto, e que esta mesma função objetiva-se por meio de estratégias de articulação entre interesses econômicos, políticos e ideológicos de uma classe. (Abreu, 2011, p. 30).

¹¹ “A compreensão da esfera da cultura é fundamental para os assistentes sociais à medida que as suas ações profissionais, travadas na relação direta com as formas de vivência cotidiana dos sujeitos sociais, permite identificar os modos como se forma a identidade social, o senso comum, a função das ideologias, dos mitos, ou seja, aquilo que Gramsci chamou de conformismo e, ao mesmo tempo a forma de superá-lo, uma vez que este, também, é o terreno para a criação de uma vontade política capaz de romper com a razão instrumental que funda a ordem capitalista” (Simionatto, 2001, p. 12).

Cabe destacar que na prática pedagógica, a assistente social desempenhará o papel de intelectual. Gramsci, analisando a organização de cultura e a sociedade italiana, apresenta tipos de intelectuais, tais quais os urbanos, rurais, tradicionais e orgânicos. Aqui explora-se, esses últimos, mas antes cabe delimitar o que compreendemos como intelectuais. Todos os sujeitos são intelectuais, mas nem todos desempenham essa função (Gramsci, 1982). Isso pois:

Todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. (Idem, p. 7-8)

O intelectual tradicional é aquele que não está ligado às classes sociais, podendo sustentar ideias conservadoras ou revolucionárias. Todavia, podem “ter vínculos políticos estreitos com as classes fundamentais modernas” (Abreu, 2011, p. 50). O intelectual orgânico tem vínculo com as classes sociais, ele desenvolve e dissemina ideias que se relacionam com os interesses da classe trabalhadora ou da classe burguesa (Idem). A posição de intelectual orgânico independe da origem de classe, pois, trata-se de defesa de determinados interesses.

Logo, a profissional do Serviço Social vem se colocando como intelectual orgânica dado o compromisso ético-político com a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Por meio da prática pedagógica serão construídos conhecimentos que corroborem para este fim. Entretanto, a assistente social também pode agir como intelectual orgânica da burguesia, como ocorre na perspectiva tradicional da profissão. Há, ainda, as profissionais que não reconhecem as estruturas de classe, colocando-se como intelectuais tradicionais.

Considerando que as profissões se inserem historicamente nas relações sociais, a prática pedagógica deve ser analisada em seus marcos. Assim, reconhece-se que o Serviço Social é uma profissão que surge no contexto da industrialização e urbanização (Iamamoto; Carvalho, 2012). Neste sentido, um dos papéis da assistente social era de ensinar ao trabalhador como se comportar, fiscalizando sua vida na fábrica e fora dela, principalmente no âmbito da moral, com forte influência de valores cristãos e burgueses (Abreu, 2011).

Partia-se do pressuposto de que o trabalhador necessitava apreender determinadas normas de higiene, alimentação e cuidados com o lar. Além disso, sua família era considerada desestruturada e viciosa, pois, seus membros não desempenhavam seus papéis, por exemplo, as mães que não cuidavam da casa para trabalhar fora. Nesse contexto, a ação educativa objetivava a readequação moral, pois, “era necessário reajustá-la [a família] através de uma

ação educativa de longo alcance, para que obtenha um padrão de vida que lhe possibilite um “mínimo de bem-estar material”, a partir do qual se poderá começar a sua reeducação de moral” (Iamamoto; Carvalho, 2012, p. 217, *aspas no original*).

Portanto, desde o início, o Serviço Social desempenha um papel educativo, porém, este se dava apenas no sentido de adaptação e adesão “do conjunto da sociedade aos processos de produção e reprodução social consubstanciados na exploração econômica e na dominação político-ideológica sobre o trabalho” (Abreu; Cardoso, 2009, p. 1). Além disso, tratava-se de uma atuação na qual a assistente social aparecia como detentora de conhecimentos frente à inferioridade dos sujeitos atendidos¹². Há, ainda, um viés salvacionista nessa ação, posto que a ação profissional guiada pela solidariedade e não pelo direito.

Partindo dessas questões, Marina Maciel Abreu (2011) propõe-se a realizar um resgate histórico da profissão, destacando a existência de diferentes perfis pedagógicos, são eles: ajuda, participação e emancipação¹³. A pedagogia da ajuda se baseia no tecnicismo da ajuda psicossocial individualizada, referenciando-se no funcionalismo e na busca por adequar o sujeito à ordem vigente. A assistente social é vista como portadora de conhecimento e estabelece uma relação de poder sobre o “cliente”. Este perfil nasce nos Estados Unidos e é utilizado em países com direitos sociais mais amplos e concretizados, quando utilizado no Brasil não se considerou as particularidades do país, de modo que aprofundou a subalternização daqueles constituíam seu alvo.

A pedagogia da participação não significa ruptura com a ajuda. A participação baseia-se no desenvolvimento de comunidade, proposta voltada para acabar com os entraves ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. A questão social aparece como resultado do subdesenvolvimento; assim, sua determinação central, a saber: contradição capital x trabalho, é ocultada. Neste sentido, a ação profissional permanece conservadora e tecnicista, busca-se inserir o sujeito harmonicamente no desenvolvimento, assim, participar é apenas uma ilusão.

A pedagogia emancipatória tem como pano de fundo o processo de reconceituação da profissão, onde por meio da aproximação aos pensadores marxistas, o Serviço Social

¹² “A ignorância e falta de preparação da classe operaria justifica a tutela que o Assistente Social deverá exercer sobre sua consciência, despertando-lhe “o senso de responsabilidade individual e social para que compreenda a correlação entre seus direitos e deveres”” (Iamamoto; Carvalho, 2012, p. 221).

¹³ Marina Maciel Abreu (2011), tem um pensamento chave para a compreensão da trajetória da prática pedagógica do Serviço Social. Por essa questão, ao se abordar os perfis pedagógicos, exceto quando outra autoria for sinalizada, nos referimos ao pensamento dessa autora.

questiona-se. Essa pedagogia, influenciada pela pedagogia do oprimido¹⁴, contribui para a construção de uma nova cultura que se contrapõe aos interesses do capital. É fundamental que a assistente social socialize seus conhecimentos e contribua para a organização e fortalecimento dos movimentos sociais, pois, essas são formas de se concretizar uma prática pedagógica emancipatória.

Estes perfis não são estanques ou lineares, se reatualizam, convivem e disputam uns com os outros. Com base nos impactos do neoliberalismo e da transferência de responsabilidades estatais, a autora coloca: “ as alterações operadas nas pedagogias da “ajuda” e da “participação” revelam que a participação converte-se num elemento estratégico da tendência de metaforseamento dessas pedagogias em uma possível pedagogia da “solidariedade”” (Abreu, 2011, p. 201). Quanto à pedagogia emancipatória, a autora afirma haver duas tendências: lutar por direitos dentro dos limites da cidadania burguesa e lutar pela superação do capitalismo.

Marilda Iamamoto (2010) faz uma crítica à concepção de prática pedagógica emancipatória, afirmando que ela se reduz a uma pequena parcela organizada da sociedade e é pouco radical, uma vez que se vincula a experiências como orçamentos participativos e fortalecimento de grupos subalternos direcionados à ampliação de direitos. Nessa lógica, há uma ideia de que para efetuar uma prática pedagógica emancipatória, é necessária a militância em movimentos social (Iamamoto, 2010). Entretanto, nota-se prática pedagógica pode ser concretizada em todos os espaços profissionais, não só nos movimentos sociais. O importante é observá-la dentro de suas possibilidades e limites, sabendo que não é uma só profissão que romperá com todas as mazelas da sociedade capitalista.

Não se trata de se adequar a determinado perfil pedagógico, mas sim de escolher, nos limites da autonomia relativa da profissional, a quais interessasse sua ação; e, conseqüentemente, a prática pedagógica, devem atender. Isto resulta do caráter da própria educação, que pode atender e manter interesses dominantes, entretanto, também pode questionar a realidade buscando transformá-la (Conceição, 2010). Destaca-se que a prática pedagógica pode ocorrer no sentido crítico através participação consciente e efetiva dos usuários, contribuindo para o conhecimento de seus direitos e proporcionando reflexões críticas sobre a realidade por eles vivenciada. Posto que, “conscientização, que lhe possibilita

¹⁴ A pedagogia do oprimido, resultado da obra de Paulo Freire, expressa uma crítica à formação bancária onde os sujeitos são depósitos de conhecimentos (Freire, 1987). Baseia-se na ideia da palavra geradora, respeitando o contexto dos sujeitos e construindo conhecimentos coletivamente (Idem). Trata-se de garantir liberdade de pensar aos oprimidos, sendo estes aqueles que são dominados pelos opressores (Idem).

inserir-se no processo histórico, como sujeito (...) e o inscreve na história” (Freire, 1987, p.12).

A adoção de uma prática pedagógica crítica voltada para a emancipação humana é resultado da trajetória histórica da profissão, que luta pela superação da ordem do capital e se vincula a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Assim, quando o Serviço Social atua gera interferência “na reprodução da força de trabalho tanto em sua dimensão material como em sua dimensão sócio-política e ideocultural, contribuindo para a defesa dos direitos humanos, da justiça, da liberdade, da equidade e democracia” (Idem, p. 56).

Logo, entende-se, a partir de Abreu (2011), a prática pedagógica como a construção de conhecimentos sobre direitos sociais e o funcionamento do Estado, incluindo também as reflexões críticas sobre as expressões da questão social nas vivências dos usuários. Não se trata de impor esses conhecimentos, pelo contrário, é respeitar a autonomia dos sujeitos, construir conhecimentos críticos coletivamente e considerar a trajetória de vida do outro.

É um movimento que proporciona aos sujeitos a oportunidade de questionar a realidade, suas vivências e preconceitos, assim, podendo despertar processos consciência ou reafirmar suas posições. Nessa lógica, deve garantir que os usuários participem e atuem sobre a realidade enquanto sujeitos históricos. Portanto, a prática pedagógica se expressa em processos de conhecimento e reflexão a fim de gerar ações.

A arte, assim como as práticas educativas, não é neutra, está no campo da hegemonia podendo fortalecer ou rejeitar interesses. Por ter como uma de suas funções primordiais a promoção de processos de consciência, a arte apresenta um caráter educativo. Segundo Konder (2013), Brecht propunha que a arte tivesse por objetivo a pedagogia, isso porque deveria proporcionar aos sujeitos uma visão de mundo mais ampla que os levasse a compreender a realidade de forma histórica e contraditória. Nesse sentido, a arte não deveria provocar apenas a reflexão, mas também levar os sujeitos à ação.

Nessa lógica, a arte torna-se uma forma de romper com a passividade. Associada à prática pedagógica, proporciona o desvelar da realidade, movimento que implica em uma inserção crítica na mesma. Portanto, trata-se de proporcionar ao sujeito conhecimentos para este se observe na história e possa agir dentro das condições por ela proporcionadas. Em outras palavras: é a ampliação da liberdade dos sujeitos, já que essa corresponde às possibilidades de escolhas entre alternativas concretas. Logo, “é possível pensar em uma prática [educativa] que tenha o objetivo de que os sujeitos movam-se da condição de passivo

para a condição de ativo, para que sejam protagonistas de seus contextos” (Costa, 2013, p. 38).

O caráter humanizador da arte é destacado ao passo que ela desperta as potencialidades e particularidades do ser social, tais quais a liberdade. Trata-se da suspensão daquilo que aliena o homem e da sua conexão com sua própria humanidade. Posto que “a arte é meio indispensável para essa união do indivíduo com o todo; reflete a capacidade humana para a associação, para a circulação de experiências e ideias” (Fischer, 1976, p. 13).

Assim, a arte é capaz de gerar compreensão sobre a realidade social e fomentar processos de emancipação. Nessa lógica, seu uso é compatível com o projeto ético-político do Serviço Social, em especial, na busca por autonomia e emancipação dos sujeitos. Concretiza-se uma ação profissional voltada para garantia dos direitos e com objetivo de romper com a ordem societária baseada em exploração e opressão. Por isso é que a arte se coloca como uma alternativa para a prática pedagógica do Serviço Social. Dessa forma:

A proposta de articular a arte à prática profissional do assistente social se traduz na possibilidade de utilizar algo muito potente e atrativo como uma via de ação dupla, pois a arte, ao viabilizar relações de caráter humano-genérico, permite também a expansão de atitudes reflexivas diante do modo de organização da sociedade. (Costa, 2013, p. 38)

A arte associada à prática pedagógica permite que os sujeitos expressem a si e ao seu conhecimento, sendo essa uma questão importante para que as assistentes sociais intervenham junto a eles (Prates, 2007). Cabe, ainda, às assistentes sociais socializar conhecimentos, seja pela arte, legislação ou teoria, a fim de ampliar as possibilidades de ação desses sujeitos. Isso pois:

O assistente social enquanto intelectual deve informar, fomentar a consciência crítica do usuário, possibilitando o questionamento e a reflexão, além da não aceitação passiva das determinações e ideologias que são impostas pela classe dominante, pois estas propiciariam certa acomodação dos indivíduos a permanecerem como espectadores e não como sujeitos sociais, tornando-os bem mais fáceis de serem manipulados. (Conceição, 2010, p. 61)

Considerando que a arte é inerente ao ser humano, não é necessário que o assistente social ou que os usuários apresentem algum tipo de talento específico. Isso não significa que o trabalho com arte seja descuidado, pelo contrário, implica em analisar quais as possibilidades de concretizá-lo no espaço profissional. Nesse sentido, a arte pode ser utilizada como um meio para despertar a empatia dos usuários por meio dos que lhes é apresentado, assim, nem sempre o uso da arte significará produção artística.

A associação entre arte e prática pedagógica promove, então, a formação de sujeitos críticos e associa-se à luta por sua emancipação. É ainda, a possibilidade de tratar os indivíduos em sua complexidade, ampliando o atendimento de suas necessidades para além das mais básicas. Posto que “ a utilização da arte não se limita ao cumprimento burocrático das demandas institucionais, mas assume a função de provocar um diferencial na vida dos sujeitos” (Costa, 2013, p. 77). Nesse contexto, é fundamental saber que tanto a arte quanto a educação são atravessadas pela ideologia, assim, cabe às assistentes sociais utilizá-las direcionando-as aos interesses do capital ou do trabalho.

Logo, se há um compromisso com o projeto ético-político da profissão, o uso da arte na prática educativa está voltado a uma perspectiva crítica. Aqui, “a arte (...) é uma atividade que tem a capacidade de humanizar, ao mesmo tempo em que provoca os instintos para o desenvolvimento de processos reflexivos e do despertar da consciência” (Costa, 2013, p. 40). Assim, a arte é uma forma de os sujeitos encontrarem espaço para expressarem sua voz e sua realidade, propondo, também, formas de modificá-la. Tem-se, então, um processo contínuo de desvelar a realidade para depois transformá-la.

CAPÍTULO 3 – A experiência da Oficina de Contos e Histórias: uma aproximação entre arte e prática pedagógica do Serviço Social

“A loucura, objeto dos meus estudos, era até agora uma ilha perdida no oceano da razão; começo a suspeitar que é um continente.”

(Machado de Assis)

O uso da arte no contexto da saúde mental insere-se no contexto da reforma psiquiátrica, sendo uma estratégia para a humanização dos serviços de saúde. Embora, seu uso como forma de favorecer a expressão e a autoestima de pessoas internadas em hospitais psiquiátricos, remonte às experiências da psiquiatra Nise da Silveira no Rio de Janeiro ainda durante os anos 1940 (Frayze-Pereira, 2003). Assim, dentro da saúde mental, a arte desempenha diversas funções, geralmente, ligadas ao lado terapêutico e mais subjetivo.

Nesse contexto, o uso da arte pelo Serviço Social no campo da saúde mental tem o desafio de ser afastar do lado terapêutico sem podar a expressão dos usuários por meio da arte. Portanto, a atenção da assistente social deverá voltar-se para as diversas funções da arte, em especial, a promoção de consciência. A partir disso, destaca-se que o adoecimento mental tem determinações concretas na realidade, sendo atravessado por expressões da questão social.

Observando tais questões, nesse capítulo discute-se Oficina de Contos e Histórias, realizada no Centro de Atenção Psicossocial- CAPS AD III Candango, unidade de saúde mental do Sistema Único de Saúde- SUS. Nessa oficina, com base na prática pedagógica do Serviço Social, foram utilizados textos poéticos a fim de discutir criticamente a realidade na qual os sujeitos estavam inseridos.

3.1 Aproximando-se do CAPS AD III Candango¹⁵

O CAPS AD III Candango localiza-se na região central de Brasília-DF, realizando atendimento no âmbito regional. É uma unidade de saúde aberta e comunitária, que pertence ao SUS e recebe pessoas que fazem uso/abuso de álcool e outras drogas, oferecendo a elas e suas famílias atendimento com uma equipe multiprofissional. Reconhecendo que a saúde mental tem determinantes biopsicossociais que atingem as diversas esferas da vida, portanto,

¹⁵ Subitem escrito a partir dos Relatórios do estágio obrigatório em Serviço Social, realizado no CAPS AD III Candango.

a equipe do CAPS envolve: assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, psicólogos, médico clínico e psiquiatra, enfermeiros e técnicos em enfermagem.

Observando o público usuário, pode-se afirmar que todos têm acima de 18 anos, pois, o serviço destina-se a adultos; e, em maioria são homens. A maior parte vem por demanda espontânea, sendo que outros são encaminhados por outros serviços da rede ou pela justiça. Há, ainda, uma grande parcela que chega por intermédio de comunidades terapêuticas buscando encaminhamento para serem acolhidos nas mesmas. Seu funcionamento é de 24 horas por dia, todos os dias da semana, incluindo feriados e finais de semana. Conta, ainda, com o acolhimento integral para situações que necessitem de maior atenção.

O surgimento dos CAPS vincula-se à política de saúde no Brasil e à reforma psiquiátrica. A política de saúde no Brasil é parte da seguridade social junto com a assistência social e a previdência social e está organizada como Sistema Único de Saúde (SUS). Isto se deu através das lutas da Reforma Sanitária que reivindicava saúde pública de qualidade e discutia como questão tais quais o acesso ao trabalho, as situações de vulnerabilidade, as condições sanitárias e de habitação, o acesso a alimentação e a outros direitos sociais, influenciavam nos processos de saúde e doença. Assim, nota-se que a saúde é determinada socialmente, é mais do que não estar doente, pois, saúde envolve outras questões, inclusive, a discussão de projetos societários.

A saúde é conceituada no artigo 196 da Constituição de 1988, desvelando seus significados percebe-se um conceito ampliado. Estabelece-se que toda e qualquer pessoa tem direito à saúde, sendo esta um dever do Estado que a sustenta econômica e socialmente. Nesse sentido, também apresenta princípios democráticos, prezando pela participação social. A saúde trabalha no sentido de evitar riscos e agravos, se colocando para além da ausência de doença. Logo, a saúde trabalha na proteção, prevenção e recuperação. É, ainda, universal e igualitária, numa perspectiva de equidade, reconhecendo a diversidade humana para assegurar condições igualitárias de acesso.

A lei n. 8080/90 que versa mais especificamente sobre a saúde, traz a concepção do SUS enquanto sistema público sustentado pelas três esferas de governo, e estabelece o sistema privado como complementar. No decorrer da lei percebe-se um destaque aos determinantes sociais de saúde. Trata-se de compreender os processos biológicos, econômicos e sociais que incidem sobre a saúde. Portanto, a saúde também engloba alimentação e saneamento, por

exemplo. Dessa forma, o SUS se constitui como um sistema amplo de saúde que está para além dos hospitais.

Os CAPS seguem essa lógica e também os princípios resultantes Reforma Psiquiátrica, processo que ocorreu em diversas partes do mundo. Sua base é o questionamento do modelo de saúde mental com foco no saber psiquiátrico, das concepções da loucura e do modelo de institucionalização (Vasconcelos, 2010). No Brasil, se fortalece a partir dos anos 1970 com a crítica ao modelo de saúde mental vigente. O modelo manicomial prezava pelo isolamento de todos aqueles que estivessem fora dos padrões considerados normais, isto inclui não só pessoas com problemas de saúde mental, mas também pessoas que não seguiam as regras morais, como por exemplo, as mulheres que engravidavam sem estarem casadas. Assim, segundo Amarante (2008), os manicômios eram locais onde predominavam a violação de direitos.

A partir dos anos 1980, somando-se com a luta pelo SUS, a Reforma Psiquiátrica ganha novos apoiadores, entre eles: movimentos sociais e profissionais de saúde. Percebendo que a saúde mental estava funcionando como forma de manutenção da ordem por meio da repressão e segregação, luta-se pelo fim dos manicômios, processo apoiado, principalmente, pelas pessoas que estavam isoladas dentro deles e por suas famílias. A luta antimanicomial, como parte da Reforma Psiquiátrica, buscava a desinstitucionalização, sendo este um processo social e político (Amarante, 2010). Desinstitucionalizar é tirar a doença mental do isolamento e promover saúde mental dentro do contexto da cidade (Idem). Isto implica questionar os saberes científicos da psiquiatria e a visão moralizante da saúde mental.

Neste sentido, em 1987, surge o primeiro Centro de Atenção Psicossocial em São Paulo. Este era um serviço de saúde mental aberto que “passou a realizar um dos mais importantes trabalhos assistenciais, tornando-se referência nas políticas de saúde mental e um campo de formação estratégica de profissionais para o processo da reforma psiquiátrica brasileira” (Amarante, 2008, p. 743). Em 2001, a lei nº 10.216, a lei da Reforma Psiquiátrica, reconhece os direitos das pessoas com transtorno mental e aponta para um atendimento de saúde mental que objetiva a reinserção social, onde as internações só ocorrem quando todas as outras opções são esgotadas.

Em 2002, a portaria 336 do Ministério da Saúde regulamenta os serviços de atenção psicossocial, os CAPS. Estes podem ser I, II ou III a depender da população do município, horário e dia de funcionamento. Existem CAPS para crianças e adolescentes, para adultos e

para pessoas com uso abusivo de álcool e outras drogas. Os CAPS funcionam de acordo com a lógica do território e são serviços substitutivos que trabalham articulados a outras políticas públicas como cultura, educação e transporte. Isto ocorre, pois, um CAPS deve organizar uma rede de atenção que inclui aspectos econômicos, afetivos sanitários e sociais (Brasil, 2004).

O funcionamento de um CAPS AD é balizado pela política de Redução de Danos¹⁶. Esta é uma proposta que surgiu ainda nos anos 1920, mas só se torna conhecida na década de 1980 com a relação entre o uso de drogas e a AIDS, assim, uma de suas primeiras ações foi a distribuição de seringas para drogas injetáveis. Foi alvo de muitos preconceitos, principalmente numa perspectiva moral, pois a acusam de incentivar o uso de drogas (Carvalho et al., 2009).

A redução de danos parte do reconhecimento de que os processos que levam ao uso/abuso de álcool e outras drogas são biopsicossociais, além disso, nota-se que as drogas fazem parte da história da humanidade e continuarão fazendo. Nesse sentido, rejeita-se a ideia da abstinência, propondo-se a redução dos agravos nas diversas esferas da vida dos sujeitos. Trata-se de uma intervenção pautada pela cidadania que busca ampliar a saúde daqueles que desejam, não querem, não conseguem ou não podem cessar o uso de drogas.

Dessa forma, a intervenção dos profissionais do CAPS engloba diversas ações, tais como: acolhimento, tratamento medicamentoso, visita domiciliar, atendimento médico e psiquiátrico, terapia, oficinas culturais e sociais, atendimento individual, grupal e familiar¹⁷. Nesse contexto, considerando o conjunto dos CAPS, seu objetivo “é oferecer atendimento à população de sua área de abrangência, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários” (Brasil, 2004, p. 13).

¹⁶ A Redução de Danos parte das premissas: “a) o uso de drogas é parte de qualquer sociedade; b) a utilização de drogas pode causar danos individuais e sociais, os quais podem ser minimizados ou evitados; c) as abordagens proibicionistas mostram-se pouco pragmáticas, uma vez que não impedem o consumo e mantêm na marginalidade os usuários, aumentando o risco de doenças e sequelas” (Carvalho et. al., 2009, p. 262).

¹⁷ “Os CAPS devem oferecer atendimento diário a pacientes que fazem um uso prejudicial de álcool e outras drogas, permitindo o planejamento terapêutico dentro de uma perspectiva individualizada de evolução contínua. Possibilita ainda intervenções precoces, limitando o estigma associado ao tratamento. Assim, a rede proposta se baseia nesses serviços comunitários, apoiados por leitos psiquiátricos em hospital geral e outras práticas de atenção comunitária (ex.: internação domiciliar, inserção comunitária de serviços), de acordo com as necessidades da população-alvo dos trabalhos. Os CAPS desenvolvem uma gama de atividades que vão desde o atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, de orientação, entre outros) até atendimentos em grupo ou oficinas terapêuticas e visitas domiciliares. Também devem oferecer condições para o repouso, bem como para a desintoxicação ambulatorial de pacientes que necessitem desse tipo de cuidados e que não demandem por atenção clínica hospitalar” (Brasil, 2004, p. 24).

No CAPS AD III Candango, destacam-se os seguintes objetivos:

- Atendimento de saúde mental a usuários de álcool e outras drogas de acordo com a Política de Saúde Mental do Ministério da Saúde, com os princípios norteadores da Reforma Psiquiátrica e da Política de Redução de Danos, bem como, da Reforma Sanitária e da Política de Saúde.
- Construção de novos projetos de vida e ressignificação da vida dos sujeitos que fazem uso/abuso de substância psicoativa ou têm uma dependência.

A atuação da assistente social na saúde mental pode gerar confusões ao sugerir que se trabalha com a subjetividade, o que pode culminar numa ação psychologizante. Porém, neste campo trabalha-se com as expressões da questão social buscando compreender como elas interferem no tratamento de saúde dos usuários. Aqui aliada à luta antimanicomial e à defesa do SUS, a ação profissional se coloca contra a hospitalização, considerando o usuário enquanto sujeito autônomo com capacidade de decisão sobre seu tratamento de saúde e portador de direitos.

A questão social é a contradição capital x trabalho, assim como as formas pelas quais os sujeitos se mobilizam frente a ela. Portanto, é produto da exploração e opressão de classe inerentes ao capitalismo. Considerando isto, a questão social se expressa de várias formas. No contexto do CAPS Candango, a assistente social as visualiza, por exemplo, na falta de acesso às políticas de educação, assistência social, habitação, previdência social, assim como, nas formas de violência enfrentadas pelos usuários, desemprego e a própria drogadição.

A assistente social é uma profissional que se aproxima do cotidiano do usuário, compreendendo os determinantes sociais da saúde enquanto expressões da questão social. Neste contexto, a ação do assistente social não carrega uma perspectiva de culpabilização do usuário, mas sim de compreensão da realidade na qual ele se insere. No contexto do CAPS AD III Candango, respeitando os princípios do SUS, da Reforma Psiquiátrica e a Lei de Regulamentação da Profissão, essas são as atribuições e competências do Serviço Social:

- Realizar avaliação social e estudo socioeconômico;
- Encaminhar para a rede pública de serviços contribuindo para que o usuário acesse seus direitos sociais;
- Socializar informações sobre os direitos coletivos;
- Planejar e executar ações coletivas de socialização de informações;
- Realizar treinamento, avaliação e supervisão de estagiários de Serviço Social;

- Orientar a comunidade sobre o acesso à rede de saúde pública, especialmente à rede de saúde mental;
- Realizar visitas domiciliares;
- Articular e participar de reunião com a rede de atendimento;
- Elaborar relatórios e pareceres em matéria de Serviço Social;
- Elaborar relatórios informativos.

Os objetivos do Serviço Social são:

- Identificar as expressões da questão social através de atendimentos individuais e coletivos dos usuários e familiares;
- Construir juntamente com o usuário estratégias que contribuam para a sua autonomia e para o seu protagonismo na tomada de decisões em relação ao uso/abuso de substância psicoativas e nos demais aspectos de sua vida, na perspectiva de totalidade do sujeito;
- Identificar e construir com o usuário sua rede de proteção e socializar informações sobre direitos sociais;
- Atuar junto à equipe multiprofissional na perspectiva de democratizar o debate sobre as drogas.

No processo de execução das políticas sociais nota-se uma determinada distância entre o que está escrito e o que se materializa no dia-dia das instituições. Isso se dá, por exemplo, pelo processo de desmonte do Estado e redução de direitos. No CAPS Candango não poderia ser diferente e somam-se a isso questões morais, estigmas e preconceitos associados ao adoecimento mental e ao uso de drogas.

Nesse contexto, o fortalecimento das comunidades terapêuticas pode ser observado, dado que muitos usuários confundiam o CAPS Candango com um serviço de inserção nessas comunidades. Essas são privadas e, geralmente, sem fins lucrativos e recebem financiamento do Estado, por isso pressionam os serviços de saúde por encaminhamentos. Sua lógica é a da institucionalização e do isolamento, portanto, opõe-se à reforma psiquiátrica. Assim, serviços abertos e comunitários vão se tornando um desafio.

Outra questão é a falta de articulação entre a equipe do CAPS, não havendo discussões qualificadas sobre as intervenções junto aos usuários. Além disso, nem todos comprometem-se com os princípios da Reforma Psiquiátrica, se opondo às legislações que regulamentam o CAPS por considerá-las puramente teóricas ou impossíveis de se materializarem na realidade, portanto, não enxergam a articulação teoria e prática. Vasconcelos (2010), oferece algumas

explicações para esse processo, dentre elas: falta de boas condições de trabalho, ausência de supervisão profissional, pouco debate sobre visões hegemônicas no senso comum sobre o que é saúde mental. Somam-se também questões como formação profissional, sobrecarga de trabalho pela carência de pessoas nas equipes e até mesmo falta de medicamentos. Um grande desafio é romper com a lógica ambulatorial focada no saber psiquiátrico e no tratamento medicamentoso. Nesse sentido, é preciso fomentar atividades coletivas e comunitárias para além dos consultórios. Destacando, também, a importância da intervenção dos diversos profissionais na promoção da saúde mental.

3.1.2 A Oficina de Contos e Histórias

Observando a dinâmica institucional foi elaborado um projeto de intervenção para compor a avaliação do estágio obrigatório em Serviço Social, este realizou-se na Oficina de Contos e Histórias, com vistas a enfrentar a lógica ambulatorial e promover atividades coletivas. Cabe destacar que a Oficina já existia e foi reformulada para tal projeto, seu foco foi o uso de textos poéticos como linguagem da arte, inserindo-os dentro da prática pedagógica do Serviço Social. Nesse sentido, a Oficina afastou-se da perspectiva terapêutica e localizou-se dentro das ações socioeducativas, sendo essas um dos parâmetros para a atuação de assistentes sociais na saúde (CFESS, 2014). Essas consistem em “orientações reflexivas e socialização de informações” e têm “como intencionalidade a dimensão da libertação na construção de uma nova cultura e enfatizar a participação dos usuários no conhecimento crítico de sua realidade e potencializar os sujeitos para a construção de estratégias coletivas” (Idem, p. 52-53).

As oficinas são parte do tratamento de saúde oferecido nos CAPSs (Brasil, 2004), a Oficina de Contos e Histórias tinha visava promover a expressão verbal. Colocando-se na lógica da Redução de Danos e da prevenção, as oficinas são “alternativas para lazer e atividades livres de drogas” que podem “facilitar a identificação de problemas pessoais e o acesso ao suporte para tais problemas” (Idem, p. 24). Assim, é interessante que o Serviço Social se aproprie das alternativas propostas para os CAPS na luta por um serviço comunitário e aberto, sempre respeitando o Projeto Ético Político da profissão e as leis que balizam a intervenção profissional.

Considerando isso, a Oficina teve por objetivo geral: promover debate crítico sobre a realidade enfrentada pelos usuários, a fim de contribuir para a construção de novos projetos de

vida. Assim, buscou-se pensar de que forma as expressões da questão social eram vivenciadas pelos usuários, destacando que as mesmas não são individuais, pois estão dadas na realidade. Além disso, preconizou-se por garantir aos usuários um lugar onde pudessem se expressar e trocar suas vivências. Dessa forma, foram articulados aspectos da intervenção do Serviço Social na saúde mental com os objetivos do próprio CAPS Candango. A Oficina voltava-se para todos os usuários atendidos no CAPS, sendo que familiares e outras pessoas podiam participar desde que os usuários concordassem. O público médio era de três participantes, sendo que, geralmente, a maioria estava acolhida no CAPS.

A execução desse projeto foi de responsabilidade das estagiárias de Serviço Social e sua supervisora de campo. Sua realização se deu entre setembro e agosto de 2015, contando com 5 encontros, onde se discutiu os seguintes textos: “O Açúcar” de Ferreira Gullar, “Eu sei, mas não devia” de Marina Colasanti (abordado em 2 encontros), “Eu etiqueta” de Carlos Drummond de Andrade e “O Operário em Construção” de Vinicius de Moraes. Os textos eram lidos por todos os que estavam presentes no encontro e que se prontificavam para tal, assim, ninguém era obrigado a ler e quem não sabia ler se sentia à vontade em participar.

A dinâmica da Oficina consistia em introduzir um pequeno texto ou vídeo. Isso era feito com intuito de integrar o grupo no momento pós apresentação, para que a comunicação fluísse mais tranquilamente. Após isso, abordava-se o texto que era objeto daquele encontro, então os usuários colocavam suas impressões, vivências e as executoras os incentivavam a fazer o movimento de mediação para que se pudesse refletir criticamente. Para cada texto havia temas escolhidos para serem discutidos, sendo o principal desafio realizar a mediação entre estes e a contribuição dos usuários com base em suas vivências e conhecimentos. Ao final, eram pedidas opiniões sobre a dinâmica da oficina e sugestões, mas raramente os usuários se posicionavam.

Por fim, coloca-se que a Oficina buscava garantir espaço de fala para os usuários. Era um local para coletivizar suas histórias de vida para além do uso/abuso de álcool e outras drogas. Nesse contexto, a arte teve papel central por ser a disparadora de reflexões críticas, levando os usuários a se identificar com o que era lido nos poemas e se colocando frente a isso.

3.2. Análise de dados

Nos subitens que se seguem propõe-se refletir a execução da Oficina de Contos e Histórias com vistas a responder à **pergunta** dessa pesquisa, a saber: de que forma durante a execução do Projeto de Intervenção na Oficina de Contos e Histórias do CAPS AD III Candango, a arte contribuiu para a prática pedagógica do Serviço Social? Nesse sentido, conforme apontado no referencial teórico-metodológico, apropria-se de categorias teóricas provenientes da revisão de literatura para análise de dados. Estes são resultado de reflexões feitas no período de estágio e presentes em Diário de Campo, relatórios de estágio e avaliação do Projeto de Intervenção.

A fim de preservar a identidade dos sujeitos, aqui serão referidos como usuários e analisa-se o que se captou de suas ideias durante a execução da Oficina. Por conta disso, destaca-se que essa pesquisa não pretende alcançar resultados generalizáveis, mas sim compreender profundamente um caso determinado. Assim, no primeiro subitem aborda-se especificamente a relação arte e Serviço Social, e, a partir disso, nos demais subitens analisa-se como cada função da arte se manifestou na execução da Oficina.

3.2.1 Arte e Serviço Social: mediação e prática pedagógica

O eixo orientador da execução do Projeto de Intervenção foi a prática pedagógica do Serviço Social, com vistas a promover processos de reflexão que destacassem os aspectos sociais do adoecimento mental e distanciassem o foco das discussões do eixo uso/abuso de drogas. Aqui considerou-se que a prática pedagógica do Serviço Social se volta para o “debate político e desvendamento das contradições sociais presentes nas situações de vida e trabalho dos grupos subalternizados” (Abreu, 2011, p. 157). Então, tratou-se de proporcionar aos usuários a reflexão coletiva sobre suas vivências, destacando que as mesmas possuem determinações concretas na realidade.

Dessa forma, a arte apresentou-se como um disparador que proporcionava aos usuários o compartilhamento e a reflexão de suas vivências. Assim, falavam dos trabalhos que exerciam, de seus desejos, das privações e estigmas que sofriam, contavam fábulas e outras histórias. Aqui, evidencia-se que o sujeito “é capaz de utilizar a Arte como um meio transformador da realidade, expressar o que pensa, divulgar crenças, ideias e emoções, como forma de retratar o contexto no qual se insere” (Santos; Mendonça, 2015, p. 3).

Dessa forma, a Oficina constituía-se como um espaço de comunicação, onde buscou-se respeitar a história e o conhecimento dos sujeitos envolvidos. Pois, conforme coloca Tavares (2003), em um CAPS a arte apresenta diversas possibilidades, destacando-se a de facilitar a comunicação e a expressão. Nesse sentido, cabe colocar que a Oficina se tornou um espaço de escuta qualificada com foco nas expressões da questão social, afastando-se de qualquer fim terapêutico, dado que esse não é competência das profissionais de Serviço Social.

O Conselho Federal de Serviço Social promoveu diversos debates sobre as práticas terapêuticas resultando na resolução nº 595/2010 que veda seu exercício dentro do Serviço Social. Consideram-se diversos aspectos, como: as competências e atribuições da assistente social, o fato de terapias não serem estudadas na graduação em Serviço Social, a não descriminalização de tais práticas, entre outros. Nega-se que as práticas terapêuticas são competências do Serviço Social, pois a *psi* não é objeto do Serviço Social. Do mesmo modo, não podem ser consideradas especialização no campo da profissão, posto que as assistentes sociais não estão academicamente preparadas e qualificadas para exercerem tais atividades.

A partir de suas falas, os usuários colocavam em cena as diversas expressões da questão social e as formas como as enfrenavam. A partir do texto “O Operário em Construção” um usuário compartilhou como lutava por melhores condições de trabalho nas greves dos metalúrgicos em seu estado. Partindo do texto “Eu etiqueta” uma usuária colocou como não tinha acesso ao lazer por não ter condições. Em ambos os casos, a arte funciona como um disparador para se discutir as relações de classes, por exemplo. Esses relatos são, ainda, formas pelas quais o Serviço Social pode se aproximar da realidade social desses sujeitos.

A arte reflete a realidade (Lukács, 2011), por isso, os indivíduos identificam-se com ela e produzem relatos frente a ela através da empatia. Prates (2007) coloca que este processo é possível porque a arte reflete de que forma os sujeitos colocam-se na realidade, a partir daí o Serviço Social aproxima-se desses sujeitos e pode planejar intervenções profissionais. Nesse sentido, poder-se-ia pensar em formas de garantir o direito ao lazer da usuária acima mencionada, por exemplo. As vivências dos usuários tornam-se, então, ponto de reflexão e apontam para a necessidade de mudanças. Esse é um processo que evidencia as “expressões artísticas como instrumentos que potencialmente possam contribuir na ação cotidiana do assistente social para a compreensão da realidade social e uma ação qualificada nessa mesma realidade” (Santos, 2004, p. 3).

Na discussão sobre o texto “Eu sei, mas não devia”, os usuários focavam em trechos que referiam ao sofrimento, sobre acostumar-se com ele e sobre serem ignorados. Aqui, orientando-se por seus relatos, foram socializados conhecimentos que destacavam que o sofrimento era coletivo, enquanto resultante de uma sociedade massificada e organizada com base na opressão. Nesse sentido, a prática pedagógica une-se à arte para que se promova processos de reflexão sobre a ordem dominante (Conceição, 2010).

Ainda sobre esse texto, um usuário selecionou o seguinte trecho “a gente se acostuma a esperar o dia inteiro e ouvir no telefone: hoje não posso ir. A sorrir para as pessoas sem receber um sorriso de volta. A ser ignorado quando precisava tanto ser visto” e relatou como sentia-se só e abandonado. Após isso e demais atendimentos individuais, verificou-se que esse usuário apresentava uma situação familiar complicada, estava vulnerável e havia sido ameaçado de morte. Aqui, novamente a arte é uma forma pela qual o Serviço Social aproxima-se da realidade dos sujeitos, posto que a partir de seu relato frente ao texto, despertou-se a necessidade de outros atendimentos e de acompanhamento com outros profissionais da equipe do CAPS Candango.

A temática do sofrimento fez com que muitos usuários se identificassem e colocassem suas experiências, posto que a arte é forma de expressar sentimentos (Santos; Mendonça, 2015; Conceição, 2010). Como o Serviço Social não trabalha com as emoções em seu sentido psicológico, o foco foram as determinações sociais desse sofrimento. Nessa lógica, a tentativa foi de desconstruir a noção de culpa, pois, para muitos o sofrimento era causado por uma escolha individual de usar ou abusar das drogas. Aqui, a assistente social tem a opção de reforçar esses estigmas ou de questioná-los, portanto, é um momento em que se coloca como intelectual orgânica podendo reforçar ou contestar interesses, valores e ideologias dominantes (Conceição, 2010; Abreu, 2011).

Observando, ainda, que a prática pedagógica requer a socialização e a construção de conhecimentos, colocou-se que o uso/abuso de drogas tem determinações concretas na realidade, tais quais a propaganda, a associação com o prazer, as opressões as quais estão sujeitos e que os levam a procurar uma forma de escape. Aqui, tratou-se de promover processos reflexivos motivados pela arte e associados à prática pedagógica, portanto, proporcionou-se aos usuários uma visão da complexidade das determinações sociais da realidade, sem necessariamente solucioná-las (Costa, 2013).

As vivências dos usuários, não só foram formas de aproximação de sua realidade, mas também se constituíram como um desafio na execução da Oficina. Isso porque, resultavam de sua vivência cotidiana e carregavam aspectos da alienação. Assim, durante toda a execução do projeto fez-se necessário um processo de revelar as mediações que estavam encobertas em suas falas. Considerando isso, a oficina foi programada com temas específicos relativos à vida nos marcos do capitalismo que seriam abordados a partir dos conhecimentos da assistente social. A fim de sistematizar os temas propostos e as vivências, foi elaborado o quadro abaixo:

Texto	Tema Proposto	Temas das vivências
Eu sei, mas não devia	Processo de naturalização das expressões da questão social.	Mercantilização da vida; lutas sociais; indústria das drogas; sofrimento mental.
O Operário em Construção	Processo social de produção de riquezas e apropriação privada.	Greves; lutas sociais.
O Açúcar	Suspensão do cotidiano e reflexão sobre o processo de produção capitalista.	Trabalho escravo; trabalho como forma de socialização; ética do trabalho.
Eu Etiqueta	Fetichismo da mercadoria e coisificação da vida.	Negação do acesso a direitos sociais, como lazer, com base nas classes sociais; influência das redes sociais nas relações sociais.

Quadro 1 - Relação entre temas propostos e vivências

As vivências dos usuários pertencem ao campo da singularidade, são as formas como percebem a realidade em sua vida cotidiana, portanto, são acrílicas, estão fragmentadas e representam a aparência dos fenômenos. Já os temas propostos partem de categorias conceituais, que são ontológicas e resultantes de processos reflexivos que buscam exprimir o movimento do real, logo, localizam-se no campo do universal. Aqui, faz-se necessário que a assistente social trabalhe com as mediações, sinalizando o campo da particularidade.

Por exemplo, ao discutir “Eu etiqueta” um usuário trouxe sua vivência em relação às propagandas e às redes sociais. Ele colocou que se sentia *outdoor*, a todo tempo anunciava algo para alguém comprar. Sobre as redes sociais, abordou a fugacidade e fragilidade das relações *online*, afirmou ainda que tentava fugir dessa dinâmica afastando-se do ambiente virtual. Aqui, são colocados aspectos cotidianos que parecem explicar-se em si, sem nenhuma

relação com a dinâmica da sociedade capitalista. Portanto, colocam-se no campo do singular, onde “as coisas parecem não se conectar e têm um sentido em si próprias” (Pontes, 1996, p.10).

A fim de explorar essa temática, discutiu-se como tudo estava se tornando mercadoria, desde as necessidades mais básicas, como beber água, até o próprio ser humano. Assim, buscou-se destacar que isso ocorre porque a sociedade capitalista necessita vender mercadorias diversas para ampliar as possibilidades de obter lucro. Falou-se também como essa sociedade baseia-se em relações opressoras, egoístas e de exploração do homem pelo homem, assim o que é humano torna-se como uma coisa qualquer.

O movimento que tentou-se fazer a partir da mediação foi de “articulação de situações “isoladas” no contexto das refrações da “questão social”” (Pontes, 2016, p. 201, aspas no original), sendo essas refrações expressas nas diferentes vivências dos usuários. Portanto, se trouxe elementos universais, destacando a particularidade como categoria que “permite que as leis sociais tendenciais (universalidade) se mostrem aos sujeitos envolvidos na ação (responsável, usuários e outros agentes) e ganhem sentido analítico-operacional nas suas singularidades/na vida de cada um” (Costa, 2013, p. 34).

O desafio era proporcionar o acesso a essas categorias de uma forma mais leve, distanciando-se de uma relação escolar. Portanto, o que se buscou foi proporcionar aos usuários um novo olhar sobre a realidade, com elementos mais complexos e que rompessem a ideia de que suas vivências eram apenas individuais. Nesse sentido, entra a arte enquanto mediação, pois, pelos textos evidenciam-se os campos do singular e do universal.

A arte carrega elementos do cotidiano, por isso proporcionou que os usuários se identificassem com ela. Quando leram “O Operário em Construção” ressaltaram como o operário fazia tudo e não tinha nada, então, mostraram indignação. Então, a partir dos elementos do próprio texto, do caráter reflexivo e humanizador da arte, foi possível destacar que a situação do operário é comum ao conjunto da classe trabalhadora, pois, o que produz é sempre apropriado por um patrão. Então, saiu-se de um relato singular e buscou-se reconstruir as mediações, posto que “a expressão artística contém em si o caráter universal, e através dessa relação pode ser possível chegar à particularidade” (Costa, 2013, p. 35).

Portanto, fez-se o uso da arte como mediação e como forma revelar mediações presentes na realidade. A partir disso, buscou-se ultrapassar o caráter imediato do cotidiano, construindo elementos que proporcionassem a reflexão (Santos; Mendonça, 2015; Costa,

2013). Nesse sentido, a arte é mediação e também um disparador para reflexões críticas construídas a partir da prática pedagógica do Serviço Social.

Dessa maneira, afirma-se que a mediação e a prática pedagógica do Serviço Social perpassam a execução da Oficina de Contos e Histórias. Além disso, na realização dessa Oficina destacam-se momentos onde as diversas funções da arte contribuem para a materialização da prática pedagógica, posto que, fornecem elementos para uma visão crítica de mundo, fomentam a reflexão e proporcionam a construção de conhecimentos. Posto isso, explora-se essas contribuições nos subitens seguintes que estão divididos conforme as funções da arte.

3.2.2 Ruptura de processos de alienação pela arte

Na discussão sobre o texto “Eu sei, mas não devia”, os usuários destacaram que a principal questão era não se acostumar quando algo os incomodasse e sempre pensar em formas de mudança. Aqui a arte já desperta a necessidade de ação, ou seja, a despertou o sentimento de que é necessário transformar a realidade apontado por Brecht (Fischer, 1976; Frederico, 2013; Konder, 2013). A partir desse gancho, debateu-se amplamente as diversas situações que deveriam ser questionadas em suas vidas. A discussão foi levada para o âmbito dos direitos sociais a fim de que se discutisse o próprio CAPS Candango.

Muitos usuários apresentavam uma visão equivocada sobre o serviço, sem conhecer sua história ou sem saber que ele pertencia ao SUS. Discutiu-se com os usuários como os CAPSs são resultado de um processo marcado por lutas sociais, onde pela Luta Manicomial profissionais, usuários, familiares e sociedade em geral lutaram; e, continuam a lutar por serviços de saúde mental abertos, comunitários, humanizados e multiprofissionais. Destacou-se também como todos os direitos são resultados de processos de luta social e disputa de interesses, onde são utilizadas diferentes estratégias, dentre as quais destacaram a greve.

Na discussão sobre “O Operário em Construção”, seguiu a mesma lógica de destacar o papel dos sujeitos na história. Na execução dessa Oficina, os servidores da Secretária Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) estavam em greve, portanto, aproveitou-se a ocasião para discutir os processos de greve como estratégia de ampliação e manutenção de direitos, melhoria dos serviços públicos e conquista de melhores condições de trabalho. Destacou-se que, ao contrário das ideias propagadas na mídia, a greve não era feita para prejudicar a

população e sim para garantir melhores condições para atendê-la. Observando essa questão, os usuários reconheceram que também poderiam somar-se ao processo de greve, estando presente nas manifestações e apoiando as reivindicações dos servidores da SES-DF.

Aqui, apontou-se para uma ruptura com processos de alienação, reconhecendo esses como resultantes do estranhamento do homem perante a si, à natureza e ao seu trabalho (Álvaro, 2013). Conforme Scherer (2013), a alienação é também a naturalização da exploração e o encobrimento da ação dos sujeitos na história. Assim, a história parece ocorrer independente da ação de homens e mulheres, seus direitos e conquistas aparecem como dados. A ruptura ocorre, porque os sujeitos passam a questionar a realidade e se enxergam de forma ativa.

A arte carrega sempre um caráter humanizador capaz de romper com a alienação. E, nesse caso, a partir do texto foram colocados elementos novos onde os sujeitos puderam pensar em seu papel na história, assim, os usuários tiveram a possibilidade de partir “em busca da criação de uma consciência não alienada, isto é, formando conceitos próprios, que dizem respeito à sua realidade” (Scherer, 2013, p. 73). Dessa maneira, puderam observar que os direitos que têm resultaram de lutas sociais e que hoje podem continuar lutando para preservá-los e ampliá-los.

Especificamente sobre a naturalização de processos de exploração, discutiu-se a partir do texto “O açúcar”, pois, este traz elementos para se pensar a organização da produção no sistema capitalista. Destacando o processo de produção do açúcar, partindo da função de adoçar até chegar nos homens sem nenhum direito que trabalham nos canaviais, colocou-se como os produtos tem uma trajetória e carregam marcas da exploração. Essa exploração é naturalizada e legitimada. Então, os usuários foram colocando como o trabalhador vai produzindo toda riqueza e no fim não tem nada, no caso do canavial, os homens morriam de fome e o lucro de seu trabalho ficava com o dono da usina.

Nessa situação, observou-se um processo de crise que indica ruptura alienação como forma de consciência (Álvaro, 2013). Através da arte, os usuários ganham elementos para questionar a naturalização da exploração e podem ampliar processos de consciência. Os textos poéticos oferecem elementos para romper com a alienação enquanto forma de dominação, posto que, “o ser da poesia contradiz o ser dos discursos correntes” (Bossi, 2008, p.169). Então, por meio das discussões com aporte nesses textos, pode-se desconstruir ideias

dominantes sobre a greve, sobre o processo que dá origem aos direitos e sobre o processo de produção.

3.2.3 Promoção da suspensão do cotidiano pela arte

A arte está presente no cotidiano, carrega elementos dele, mas também é capaz de superar sua imediatividade e fragmentação (Heller 2000; Frederico, 2013). Nesse sentido, é a partir do cotidiano que os usuários colocam sua vivência; e, motivados pela arte podem suspendê-lo na busca por reflexão. Cabe destacar que quando Heller (2000) refere-se à arte como forma de homogeneizar o cotidiano, seu pensamento refere-se mais especificamente ao ato de produzir a arte. Todavia, a experiência da Oficina de Contos e História traz elementos que mostram a possibilidade de suspender o cotidiano ao ser exposto a uma obra de arte e refletindo sobre as questões que ela propõe.

Entretanto, destaca-se que mensurar em que medida houve suspensão do cotidiano ou como os usuários alcançaram determinações humano-genéricas, é bastante complicado. Nesse sentido, aqui tentou-se evidenciar questões que mostrassem como os usuários refletiram como o cotidiano, colocando-o numa visão crítica e que buscasse a totalidade. E, a partir daí como isso proporcionou a eles novos elementos para enxergarem a realidade.

O cotidiano é campo onde as atividades são feitas de modo automático e acrítico, romper com essa questão exige reflexão e retorno a esse cotidiano com novos elementos (Heller, 2000; Scherer, 2013). Na discussão sobre o texto “O Operário em Construção”, os usuários destacaram que o operário construía todas as coisas e não usufruía de nada. Um deles falou do caso do pedreiro que constrói luxuosas mansões, mas mora em uma casa precária. Nesse momento, começaram a questionar as relações de exploração que são completamente naturalizadas no cotidiano.

A partir da trajetória do operário no texto, os usuários olharam para sua realidade cotidiana. Um deles colocou o caso da construção de Brasília, onde os candangos construíram os mais belos prédios da área central e não podem frequentá-los ou residir neles, pois, foram expulsos para a periferia. Partindo dos elementos do texto, refletiram sobre o cotidiano, afastaram-se dele ao constatar que esse é um processo injusto, porém legitimado na organização da sociedade capitalista.

Esse foi um momento em que “concentramos toda nossa atenção sobre *uma única questão* e “suspendemos” qualquer outra atividade durante a execução da anterior tarefa; e, por outro lado, que empregamos nossa inteira *individualidade humana* na resolução dessa tarefa” (Heller, 2000, p. 27, *itálicos e aspas no original*). Os usuários concentraram-se na obra de arte e dela extraíram o tema da produção coletiva e apropriação privada de riqueza para reflexão. Nesse processo, homogeneizam o cotidiano por fazerem o exercício do pensar crítico e de superar a fragmentação da realidade.

Conforme referido anteriormente, na discussão do texto “Eu etiqueta” uma usuária colocou que se sentia triste por não ter direito ao lazer. Ela afirmava que gostaria de se divertir, ir a lugares legais e comer um hambúrguer de picanha, ela não podia fazer aquilo, mas os servidores do CAPS Candango podiam. Assim, ela coloca uma indignação que está presente em seu cotidiano, mas que parece não ter explicação, ela não pode ter acesso ao lazer porque não pode, porque foi sempre assim.

A fim de suscitar um momento de reflexão sobre essa situação cotidiana, discutiu-se as classes sociais. Em uma sociedade organizada em classes onde os direitos sociais não se materializam, o acesso a bens e serviços acaba sendo para aqueles que podem pagar. Então, o fato da usuária não ter acesso ao lazer não se explica em si mesmo, mas tem uma relação com a organização da sociedade capitalista.

Ao acessarem as obras de arte, os usuários podem adquirir novos elementos a fim de enriquecer sua visão de mundo. Encontram-se como sujeitos da história, determinados pelo trabalho, capazes de refletir e apontar para a necessidade de transformações. Assim, “por meio da arte, o ser suspende a vivência cotidiana, se reencontra com o gênero humano e, ao voltar ao cotidiano, tem a possibilidade de vê-lo com outros olhos” (Costa, 2013, p. 20).

3.2.4 Promoção de autoconhecimento pela arte

Partindo da noção de que a prática pedagógica do Serviço Social se expressa na construção e socialização de conhecimentos a partir da defesa dos interesses da classe trabalhadora, a arte enquanto forma de conhecimento passa a ter um papel importante. Isso porque, pela arte os sujeitos se expressam e conhecem a realidade (Konder, 2013). Considerando essas questões, destaca-se como os usuários puderam acessar conhecimentos e se autoconhecerem como sujeitos históricos a partir da arte.

Ao discutir o texto “Eu sei, mas não devia”, partiu-se do texto motivador “O futuro não é mais o que era” do livro “O mundo é bárbaro e o que nós temos a ver com isso” de Luis Fernando Verissimo. Identificando-se com a temática do texto, muitos colocaram que nada do que esperavam para o futuro havia acontecido, porque, esperavam um futuro fantasioso como o dos filmes futuristas. Alguns, referindo-se ao uso/abuso de drogas, afirmaram que esperavam um futuro diferente.

Nesse ponto, a prática pedagógica une-se à arte ao passo que tentou-se trabalhar os estigmas associados ao uso/abuso de drogas. Buscou-se abordar como as drogas fazem parte da história da humanidade e como associam-se ao prazer, destacando que seu uso tem determinantes sociais, assim sendo, não cabe falar de culpa individual. Elucidando também sobre o papel do CAPS Candango, colocou-se como o serviço foi pensado para que os usuários construíssem novos projetos de vida e pudessem ressignificar o uso de drogas. Portanto, a arte associada à prática pedagógica funcionou como forma de destacar aspectos desmistificadores das ideias dominantes e críticos ao senso comum (Conceição, 2010).

Seguindo na discussão sobre o futuro, um usuário colocou que sentia um receio de que as máquinas substituíssem os humanos no futuro. Questionou-se aos demais os usuários se acreditavam nessa possibilidade, responderam que não. Com base em suas impressões cotidianas, afirmaram que isso não era possível dado que as máquinas não poderiam amar. A fim de questionar essa visão e ampliar seus conhecimentos, abordou-se que as máquinas não poderiam substituir os humanos, pois não produzem valor. Usando um exemplo de confeitaria, foi dito que sua batedeira não seria capaz de produzir bolos sem ela, o único valor que a batedeira produziria seria exatamente aquele que custou, já a confeitaria sempre produziria mais valor.

Nessa situação, vê-se que os usuários têm acesso a novos elementos que podem contribuir para sua visão de mundo. Podem, então, questionar noções baseadas em seus sentimentos e ideologias, o que pode impulsionar a ruptura com a aparência dos fatos e enriquecer seus conhecimentos sobre a produção na sociedade capitalista. Assim, a arte permite “que o homem se apodere cada vez mais da essência da realidade em sua consciência” (Konder, 2013, p. 138).

Na Oficina onde discutiu-se “O Operário em Construção” o foco das discussões foram as greves como estratégias de luta da classe trabalhadora, como já foi apontado. Nessa ocasião, um usuário compartilhou sua vivência enquanto metalúrgico. Segundo ele, nas

greves e negociações os metalúrgicos se comportavam de várias maneiras, tinham os que se manifestavam e enfrentavam os patrões, os que permaneciam nas empresas, os que aproveitavam o tempo para descansar e os que, como ele, se escondiam dos patrões por medo e participavam de alguns atos.

Enquanto aspecto de vida desse usuário, a greve tratava-se de uma experiência marcada pelo cotidiano, sem que sua essência enquanto luta de interesses entre capital x trabalho fosse revelada. Portanto, evidenciou-se como a greve é historicamente uma estratégia de luta da classe trabalhadora para garantia e ampliação de direitos. Também, se mencionou como há uma tentativa de deslegitimar as greves afirmando que as mesmas só trazem transtornos para o conjunto dos cidadãos.

A partir dessa vivência, colocou-se em questão ideologias dominantes sobre a greve, assim como, contribuiu-se para que se conhecesse seu significado na sociedade de classes. Tanto pela experiência do usuário, quanto pelo “não” do operário ao seu patrão no texto, destacou-se que a greve é o momento em que o trabalhador enfrenta a opressão do capital. Nesse sentido, o uso da arte aliado à experiência política do usuário, evidencia como os sujeitos fazem a história em determinadas condições. Assim, observa-se que é possível conhecer e promover mudanças na realidade (Fischer, 1976).

3.2.5 Promoção de processos de consciência pela arte

Na sociedade capitalista marcada por processos de alienação, a arte não perde seu caráter humanizador e questionador. Portanto, evidencia-se como uma forma de ampliar a consciência dos sujeitos e de levá-los a agir na realidade. Cabe destacar que a consciência é sempre um processo (Álvaro, 2013); e, nesse sentido, torna-se difícil mensurar em que medida os usuários acessam esse processo. Todavia, há indicativos de posicionamentos questionadores e que se opõe às ideias dominantes.

Assim, cabe destacar a indústria do álcool, um assunto que sempre esteve presente na Oficina e em outros atendimentos. Partindo do questionamento ao sentimento de culpa e da noção de que o uso/abuso de álcool é uma decisão individual, buscou-se olhar para a realidade e ressaltar como o álcool é de fácil acesso, como seu uso é incentivado pela publicidade e

como associa-se ao prazer. Assim, os usuários colocavam como o uso do álcool é associado a uma vida melhor, mas quando havia abuso tornavam-se culpados.

Ao passo que repetiam essas questões em várias ocasiões, observa-se que há um processo de tomada de consciência. Os usuários podem superar uma visão fragmentada da realidade e observar-se em relação com a sociedade. Logo, destacava-se que o uso/abuso de álcool e outras drogas é socialmente determinado e faz parte da história da humanidade, assim sendo, podia-se discutir os significados da Redução de Danos como alternativa ao tratamento.

Já na discussão sobre o texto “Eu sei, mas não devia”, os usuários colocaram a necessidade de “não se acostumar” e de agir sobre aquilo que os incomoda. Olhando para seu tratamento no CAPS Candango, colocaram a necessidade de questionar quando não havia remédios, atendimento médico, enfim, quando seus direitos não eram respeitados. A partir daí, reconheceram a importância de se manifestar pela garantia e ampliação de seus direitos. Observaram, também, como se manifestar é um direito que vem sendo limitado por ações repressoras do Estado. Nesse contexto, arte e Serviço Social aliam-se “fazendo com que o indivíduo através de sua própria consciência alcance uma postura crítica, em que o conhecimento seja o meio que capacita e atua na construção da sua própria história” (Santos; Mendonça, 2015, p. 4).

Assim, os usuários constroem processos de consciência e reconhecem o seu papel enquanto sujeitos históricos. Dessa forma, a arte “mostra a realidade como passível de ser transformada” (Fischer, 1976, p. 252). Os usuários são impulsionados pela arte a promover mudanças que garantam o atendimento de suas necessidades. É um momento em que têm a possibilidade de sair do papel passivo, de quem apenas observa a realidade, para apontar a necessidade de agir tornando-se ativos nessa realidade (Costa, 2013).

Na discussão sobre o texto “O Açúcar”, observou-se os processos de revolta e crise ideológica apontados por Álvaro (2013), sendo esse um momento de questionamento da alienação e das injustiças sociais. Nessa discussão, também se assistiu a um vídeo sobre a produção do açúcar, dessa forma, os usuários colocaram suas primeiras impressões com base na ética do trabalho capitalista, comentando sobre como esse dignifica sem perceber a crítica do texto ao trabalho escravo nas usinas.

Portanto, nesse primeiro momento, estavam no campo da alienação enquanto forma de justificar a exploração no capitalismo (Fischer, 2013). Todavia, um usuário decidiu compartilhar sua vivência em um canavial, sem maiores reflexões contou que quase nunca

recebia salário, pois, seu patrão descontava alimentação, vestuário e moradia. Sua jornada de trabalho era intensa, mas, estava preso ao canavial pelas dívidas a descontar em seu salário. A partir, desse relato foi possível refletir sobre o trabalho análogo à escravidão que também é apresentado no texto.

Esse usuário ainda não havia refletido sobre essa questão e com base no senso comum achava que o trabalho escravo era algo superado. Logo, foi necessário evidenciar as formas modernas de escravidão que privam trabalhadores de seus direitos e os prendem a jornadas de trabalho exaustivas. Observando essas questões, o usuário entrou no momento de crise ideológica e mostrou indignação frente a essas injustiças, a partir daí há possibilidade de avanço em outras formas de consciência (Álvaro, 2013).

Considerando o espaço da Oficina e as limitações de tempo, não se constatou indicativos de outras formas de consciência. Posto que o objetivo das discussões voltasse para o desenvolvimento de um pensamento crítico e não na organização para reivindicações coletivas. Todavia, conforme abordado nesse capítulo, apontou-se para a necessidade de ação dos sujeitos a fim de transformar a realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa buscou-se, por meio de um estudo de caso, analisar de que forma a arte contribuiu para a prática pedagógica do Serviço Social na execução do Projeto de Intervenção na Oficina de Contos e Histórias do CAPS AD III Candango. Dessa forma, apresentou-se um referencial teórico com base na produção marxista sobre a arte, evidenciando a contribuição de trabalhos que analisaram seu uso pelo Serviço Social. Partiu-se das funções da arte a fim de evidenciar seu uso enquanto mediação no contexto específico da Oficina de Contos e Histórias.

Primeiramente, pela pesquisa percebeu-se que a arte oferece muitas possibilidades para o projeto ético-político do Serviço Social, já que tem caráter humanizador e emancipatório. Dessa forma, tendo em mente a pergunta de pesquisa, pode-se afirmar que a arte, associada à prática pedagógica, mostrou-se como uma possibilidade para que os sujeitos construíssem pensamento crítico a partir de suas próprias experiências. Nesse sentido, no caso do CAPS Candango, os usuários passaram a perceber-se em sua complexidade, observando os múltiplos fatores que determinam suas vidas, ou seja, viram-se para além do uso/abuso de drogas.

A arte expressa a realidade, por isso os sujeitos identificam-se com ela e colocam suas vivências a partir dela. Aqui, notou-se que os sujeitos se colocam por empatia, nem sempre vivenciaram uma situação similar ao do texto que liam, mas conseguiam se posicionar frente a ela. Pela empatia, sentiam-se mais confortáveis para compartilhar suas vivências e conquistar lugar de fala. Até mesmo usuários que raramente se colocavam ou que não gostavam de frequentar as atividades coletivas, tornavam-se protagonistas em alguns encontros ao passo que podiam dividir histórias de vida e até fábulas. Considerou-se a empatia fundamental ao se trabalhar com a arte, todavia, ela não foi explorada dentro da bibliografia utilizada nessa pesquisa. Portanto, a relação entre a arte e empatia, coloca-se como uma possibilidade para estudos futuros.

Dessa forma, o uso da arte promoveu a comunicação, pois garantiu aos usuários um local de fala. Tendo por base a prática pedagógica, buscou-se construir novos conhecimentos a partir das vivências dos usuários e dos textos. Tratou-se de destacar que o adoecimento mental tem determinantes sociais, assim, enfraqueceu-se a noção de culpa. Entretanto, aqui também estava o desafio da mediação, coube às executoras da Oficina de Contos e Histórias o

papel de relacionar a experiência cotidiana dos usuários com o campo da legalidade social, assim, ofereceu-se elementos críticos aos usuários e ampliou-se sua visão de mundo.

Nessa pesquisa analisou-se a Oficina de Contos e Histórias a partir das seguintes funções da arte: ruptura de processos de alienação, suspensão do cotidiano, autoconhecimento e promoção de conhecimento. Pode-se afirmar que essas funções se apresentam de maneira articulada e como um processo, daí a dificuldade de mensurá-las. A fim de evidenciar de que forma as mesmas se colocam na Oficina, apresentou-se indicadores de seu desenvolvimento. Nessa lógica, destaca-se que todas unem-se para configurar um sujeito ativo que compreende a realidade, representa-a e é capaz de agir sobre ela. No caso dessa pesquisa, notou-se a capacidade dos sujeitos de compreender a realidade por meio das representações artísticas.

A partir da análise de dados, a função da arte que mais se destacou foi a de promoção de consciência, pois, percebeu-se que os usuários se apropriavam dos elementos discutidos, colocando-se, posteriormente, em outras oficinas e atendimentos individuais. Exemplo disso, foi o tema recorrente da indústria do álcool que colocava em questão a culpa pelo vício e a necessidade pela abstinência. Por meio das outras funções discutiu-se vários temas relativos à vida no capitalismo, tais quais a produção de valor, a apropriação privada do valor coletivamente produzido, o papel das greves, acesso a direitos sociais.

Observou-se que arte se apresenta como mediação em Serviço Social e como alternativa para a prática pedagógica. Sendo, também, uma forma pela qual as assistentes sociais podem aproximar-se da realidade social e planejar alternativas de intervenção. Nesse sentido, por meio dos temas levantados nas Oficinas, pensava-se em outros tópicos a aprofundar e notava-se a necessidade de outros atendimentos individuais ou familiares com o Serviço Social e com outros profissionais.

As Oficinas ofereceram a possibilidade de conceber um CAPS Candango aberto, comunitário, com atendimentos coletivos que buscavam tratar a saúde mental em seus aspectos biopsicossociais. Tratou-se do uso da arte em uma atuação comprometida com os ideais da Reforma Psiquiátrica. Logo, a arte mostrou-se como um elemento de muitas possibilidades para o trabalho do Serviço Social. Sendo capaz de promover discussões para além da lógica institucional, comprometendo-se com a humanização dos sujeitos. Portanto, a arte mostrou-se como uma forma pela qual o humano vê-se como tal, como alguém que age no mundo e transforma-o, podendo afastar, mesmo que por pouco tempo, as perspectivas alienantes e massificantes.

Nessa perspectiva, destacou-se que a arte não pertence ao número restrito de talentosos, ela é da humanidade, é inerente ao ser social; e, assim, todos são capazes de produzi-la e refletir sobre ela. Portanto, ao serem expostos à arte, os usuários tiveram a possibilidade de enriquecer seu olhar sobre o mundo e de construir novos conhecimentos sobre sua realidade. Por fim, a arte é um elemento extremamente rico que toca a subjetividade dos sujeitos sem reduzir-se a ela, assim sendo, reflete a realidade. Mais do que isso, nos marcos da sociabilidade capitalista, arte é reflexão e necessidade de ação para transformação. E, o Serviço Social comprometido com a superação dessa ordem, acha na arte um espaço importante para ir além da demanda institucional e fortalecer a luta pela emancipação humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, Paulo. Saúde Mental, Desinstitucionalização e Novas Estratégias de Cuidado. In: GIOVANELLA, Ligia et. al. (Orgs.). *Políticas e sistemas de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

_____, Paulo. *O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização e práticas educativas. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <
<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/zD3ifq80Dt7Az49Q4j7x.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2015

ÁLVARO, Mirla Cisne. *Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista*. 408 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <
http://www.bdtu.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6406>. Acesso em: 06 jun. 2016.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*.

_____. Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

_____. Lei nº LEI 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em:
<http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.

_____. Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012. Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

BOSSI, Alfredo. *O Ser e o Tempo da Poesia*. 7ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche. Et. al. Política Pública de redução de danos e uso de drogas no Brasil: contradições do processo de construção de uma política nacional. In: Boschetti e Behring. *Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2009.

CFESS. Resolução nº 569, de 25 de março de 2010. Dispõe sobre a VEDAÇÃO da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/RES.CFESS_569-2010.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2017.

_____. *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde*, 2014.

CONCEIÇÃO, Débora Guimarães da. O Serviço Social e a prática pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social. In: *Serv. Soc. Rev.* Londrina, v. 12, n. 2, p. 51-67, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7542>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

COSTA, Paula Nathalia Galindo da. *Arte e Serviço social: um exercício de intervenção profissional*. 2013. 85 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

ENGELS, F. Dialética da Natureza. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Cultura, Arte e Literatura: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. Tradução de Leandro Konder.

FRAYZE-PEREIRA, João A.. Nise da Silveira: imagens do inconsciente entre psicologia, arte e política. In: *Estud. av.* São Paulo, v. 17, n. 49, p. 197-208, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jan. 2017.

FREDERICO, Celso. *A arte no mundo dos homens: o itinerário de Lukács*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, A. Socialismo e Cultura. In: MONASTA, Attilio. *Gramsci*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2010. Tradução de Paolo Nosella. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4660.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2016.

_____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAY, David E. *Pesquisa no Mundo Real*. 2ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IAMAMOTO, Marilda V. *Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 37ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KONDER, Leandro. *Os marxistas e a arte*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999

LUKÁCS, Gyorgy. *Arte e Sociedade: escritos estéticos 1932-1967*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

_____. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. Organização, tradução e apresentação de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Neto.

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Cultural, t. I, 1996. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.

_____. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. 1ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008a. Tradução e notas de Jesus Ranieri.

_____. Para uma crítica da Economia Política. In: *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. Tradução de Florestan Fernandes.

_____. Manuscritos Econômicos Filosóficos. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Cultura, Arte e Literatura: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2012a.

_____. Teorias da Mais-Valia. História Crítica do pensamento econômico. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Cultura, Arte e Literatura: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2012b.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa.

NETTO, J. Paulo. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2009.

PLEBE RUDE. Até quando esperar. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/plebe-rude/48161/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

PONTES, Reinaldo Nobre. A categoria de mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social. In: *Metodologias e técnicas do Serviço Social*. Caderno Técnico, n. 23. Brasília: Sesi, 1996. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-104.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2016.

_____. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2016.

PRATES, Jane Cruz. A arte como matéria prima e instrumento de trabalho para o assistente social. In: *Revista Textos e Contextos*. Porto Alegre, v. 6 n. 2, p. 221-232, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/te/ojs/index.php/fass/article/view/2313>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

SANTOS, Vera Núbia. *Arte em cena: algumas reflexões na formação e no projeto político-profissional do Serviço Social*. In: XVIII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, San José, 2004. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-052.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

_____. *Reflexões sobre a mediação da arte no Serviço Social*. In: XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Brasília, 2010. Disponível em: <<https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/verProducao?idProducao=54093&key=ebfd46ef3699f370f990b451c708217b>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

_____. Arte como mediação no Serviço Social. In: *PIDCC*, Aracaju, vol. 09, nº 02, p. 125-150, jun. 2015. Disponível em: <<http://pidcc.com.br/artigos/092015/03092015.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2016.

SANTOS, Vera Núbia; MENDONÇA, Isabelle Pinto. *Arte e Serviço social no Brasil: levantamento de periódicos da área*. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, UFMA. São Luís, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo5/arte-e-servico-social-no-brasil-levantamento-de-dados-em-periodicos-da-area.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

SCHERER, Giovane Antonio. *Serviço Social e arte: juventudes e direitos humanos em cena*. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Uelber B. Alienação e Racismo. IN: *Racismo e alienação: uma aproximação à base ontológica da temática racial*. Instituto Lukács. 2012

SIMIONATO, Ivete. A influência do pensamento de Gramsci no Serviço Social brasileiro. In: *Revista Trilhas*. Belém, v.2, n. 1, p. 7-18, jun. 2001.

SOUZA, Osmar Martins; DOMINGUES, Analéia. Emancipação Política e Humana em Marx: alguns apontamentos. In: *Revista Eletrônica Arma da Crítica*. N. 4, dez. 2012. Disponível em: <http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/artigo4_20131.pdf>. Acesso em: 09 set. 2016.

TAVARES, Claudia Mara de Melo. O papel da arte nos centros de atenção psicossocial - CAPS. *Rev. bras. enferm.*, Brasília, v. 56, n. 1, p. 35-39, Fev. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672003000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 abr. 2016.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Serviço Social e Interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental. In: *Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade*. VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org.). 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.